

RESISTINDO A ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS NA AMÉRICA LATINA DURANTE A GUERRA FRIA E A ERA DA GLOBALIZAÇÃO

RESISTING LAND GRABBING IN LATIN AMERICA DURING THE COLD WAR AND GLOBALIZATION ERAS

Clifford Andrew Welch

Professor de História, UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latin e Caribe, UNESP - Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”
cliff.a.welch@gmail.com

Resumo

Este artigo utiliza a história social rural contemporânea do estado de São Paulo, Brasil, para examinar a complexa relação entre a reforma agrária e a estrangeirização de terras em América Latina. No mesmo tempo que reforma agrária se apresenta como instrumento de resistência à estrangeirização, a mesma política agrária tem sido usada para facilitar grilagem nacional e estrangeira. Assim, procura o artigo contribuir com uma perspectiva histórica do recente debate desse último processo. A pesquisa consistiu em coletar e examinar a literatura histórica, bem como analisar o jornalismo contemporâneo, além de análise de dados socioeconômicos recolhidos por agências governamentais e organizações do agronegócio, avaliação de documentos estatais e organizacionais e relatórios geralmente disponíveis ao público e entrevistas realizadas pelo autor e por terceiros.

Palavras-chaves: Reforma Agrária. Agronegócio. São Paulo. Movimentos Camponeses.

Abstact

The article uses the contemporary rural social history of São Paulo state in Brazil to examine the complex relationship between agrarian reform policies and land grabbing by foreigners in Latin America. At the same time the agrarian reform is represented at a form of resistance against foreign intervention in the region, the same policy has been used to facilitate land grabbing by foreign and domestic interests. The study seeks to contribute historical perspective to the recent debates about these two processes. The research is based on contemporary literature, journalism and official reports, the analysis of socio-economic data, the citation of state and organizational documents, and interviews with participants.

Keywords: Land Reform. Agribusiness. São Paulo State. Peasant Movements.

Introdução

Se, por um lado, a reforma agrária e a estrangeirização da terras são dois fenômenos bastante diferentes, por outro, há entre eles uma relação bastante dinâmica. Enquanto símbolos de controle neocolonial, terras de propriedade estrangeira têm sido muitas vezes os primeiros alvos de projetos de reforma agrária. Convém lembrar que, no contexto histórico latinoamericano, restringir as compras externas de terras agrícolas por estrangeiros foi um tema central da Revolução Mexicana de 1910. Na década de 1950, o primeiro governo democrático da Guatemala tentou redistribuir as terras camponesas controladas pela United Fruit Company, sendo, em seguida, derrubado por um golpe de estado orquestrado pela CIA. Poucos anos mais tarde, em Cuba, Fidel Castro provocou eventos similares quando seu governo revolucionário promoveu a expropriação de propriedades de firmas estadunidenses para fins de reforma agrária (PETRAS; LAPORTE, 1971). Na mesma época, ainda durante a Guerra Fria, os comunistas brasileiros acusaram seus compatriotas latifundiários de serem aliados do imperialismo norte-americano, fazendo-os alvos da “reforma agrária radical” (MEDEIROS, 2003). Assim, a reforma agrária e a estrangeirização de terras passaram a representar polos politicamente antagônicos”

Não obstante, enquanto política voltada para “reformatar” práticas de uso de terras agrícolas, a reforma agrária também serviu para facilitar a estrangeirização de terras. Exemplos incluem projetos de Rockefeller no México, logo após a Segunda Guerra Mundial, a experiência revolucionária boliviana, que começou poucos anos mais tarde e a Aliança para o Progresso que usou a “reforma agrária” como sua principal arma contra a propagação do nacionalismo radical em vários países. Formuladores de políticas públicas e acadêmicos desenvolveram estratégias de reforma agrária destinadas a dismantelar antigas propriedades improdutivas e “liberar” suas terras para o mercado, incluindo investidores estrangeiros, e escreveram regulamentos para facilitar a modernização sob a forma de mecanização, insumos químicos e outras inovações tecnológicas. A “colonização” foi entendida como reforma agrária e milhares de camponeses foram utilizados como soldados da linha de frente na conquista de novos territórios agrícolas em áreas já ocupadas por povos originários. O discurso sobre as consequências esperadas se resumiram não apenas em ganhos de produtividade, mas

também no fortalecimento das instituições democráticas à medida que pequenos proprietários se integraram mais firmemente à economia política.

O pacote típico de políticas de reforma agrária do período tornou-se conhecido como Revolução Verde, na década de 1970. Essa “revolução” considerou o campo como um parceiro essencial para processos de industrialização mais amplos, que acolheram o investimento estrangeiro direto e a territorialização de empresas multinacionais de agronegócio verticalmente integradas nas décadas vindouras (BURBACH; FLYNN, 1980; THIESENHUSEN, 1995). De fato, a maioria das políticas “reais” de reforma agrária abriu as portas para os usurpadores de terras e serviu para auxiliar - bem recebida por uns e condenada por outros - a expulsão do campo dos povos e a concentração de terras, riquezas e poder que seguiu aporrinhando a América Latina.

Este artigo utiliza a história social rural contemporânea do estado de São Paulo, Brasil, para examinar a complexa relação entre a reforma agrária e a estrangeirização de terras e, assim, contribuir para a perspectiva histórica do recente debate desse último processo. A pesquisa consistiu em coletar e examinar a literatura histórica, bem como analisar o jornalismo contemporâneo, além de análise de dados socioeconômicos recolhidos por agências governamentais e organizações do agronegócio, avaliação de documentos estatais e organizacionais e relatórios geralmente disponíveis ao público e entrevistas realizadas pelo autor e por terceiros.

Através da análise dessas fontes, o trabalho procura explicar as tendências históricas do investimento estrangeiro direto em terras agrícolas brasileiras, bem como descrever representações de intenções, expectativas e valores relacionados à participação estrangeira no setor. Particularmente úteis na organização da discussão foram dois congressos nacionais de grupos que se opuseram à estrangeirização da terra brasileira, uma realizada em 1961 e a outra em 2012. A discussão desses dados e suas representações serão abordadas concomitantemente, de modo a examinar sua construção histórica por seus protagonistas e antagonistas, particularmente camponeses e grandes latifundiários, suas organizações e o Estado.

Nosso principal objetivo é identificar mudanças e continuidades na relação histórica entre as preocupações sobre a posse da terra durante os períodos da Guerra Fria e da Globalização. A era liberal do conflito bipolar foi significativamente diferente do atual

momento de globalização neoliberal, embora certas continuidades possam ser identificadas. O registro histórico também revela aquisições de terras em grande escala, envolvimento de governos estrangeiros e os problemas apresentados para a produção de alimentos em São Paulo, particularmente, e o Brasil, como um todo, desde o passado recente (pós-Segunda Guerra Mundial) até o presente momento. Os termos “globalização,” “conquista de terras” e “segurança alimentar” não eram atuais no Brasil durante o período da Guerra Fria, mas “imperialismo,” “monopólio da terra,” “fome,” e “escassez de alimentos.” Ao examinar esses debates e línguas similares (mas, diferentes na sua essência), buscamos obter maior compreensão das controvérsias atuais, especialmente a transformação e a permanência na dinâmica da apropriação de terras e da reforma agrária.

Reforma agrária brasileira, a qual nunca foi feita

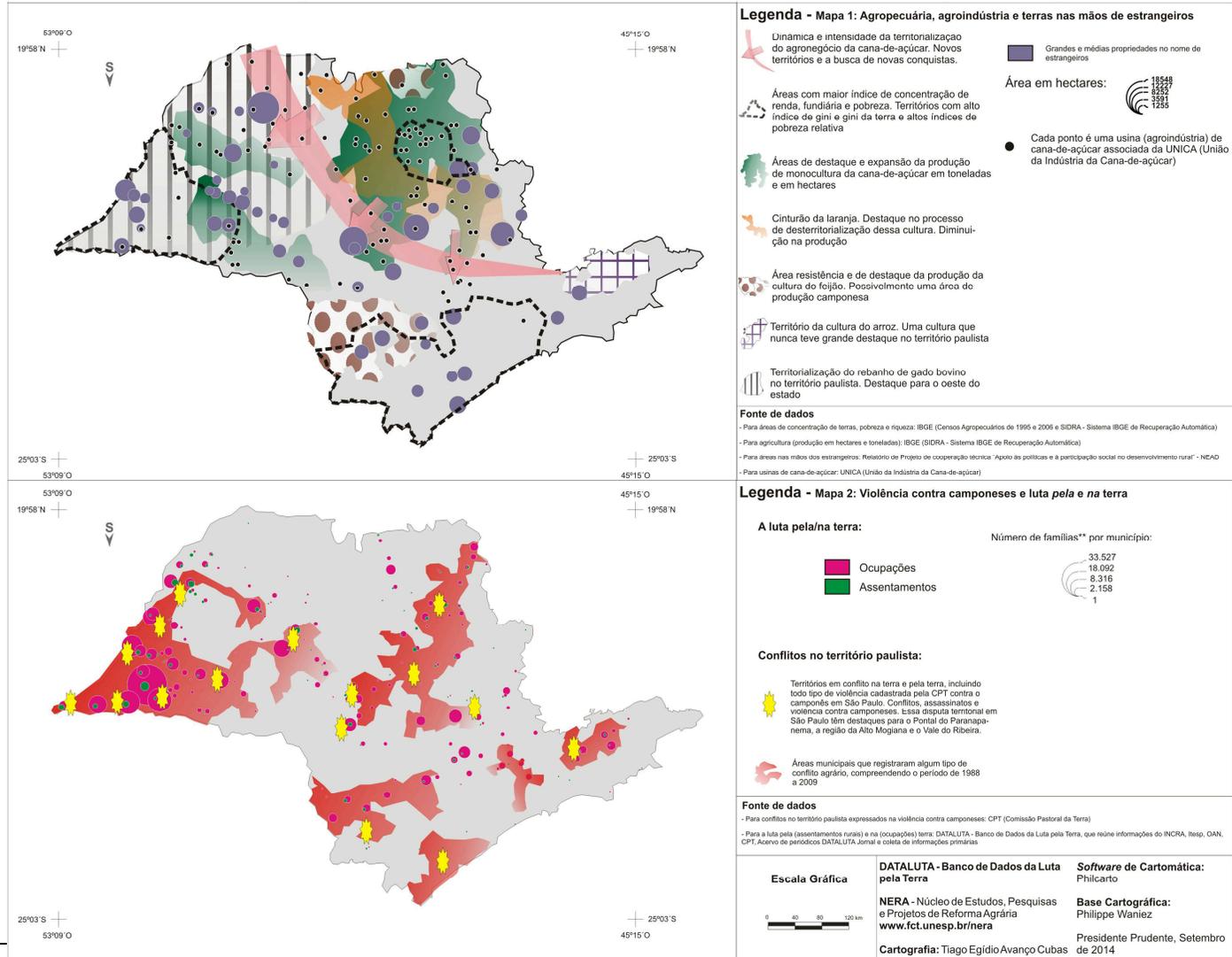
Talvez seja melhor começarmos pelo final, com o epítáfio expresso no título desta parte. A frase vem do subtítulo de um eloquente livrinho, originalmente publicado em 1985, pelo escritor Antonio Callado (2003). Ele narra a história de um projeto contemporâneo de “reforma agrária” na região do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo, que obviamente não conseguiu o status de “reforma agrária” na perspectiva do autor. Callado foi contratado pela CESP - Companhia de Energia do Estado de São Paulo para descrever as condições no Pontal, na esperança de agregar estímulo às iniciativas de reforma agrária na região. Mas Callado encontrou uma história diferente. “Cabe informar” escreve Callado (2003, p.75), “que o governo do estado de São Paulo não fez no Pontal nenhuma reforma agrária”. Callado confirmou que a CESP havia construído uma colônia de realocação para um número de camponeses que seu próprio projeto de barragem de rios tinha forçado a mudar, mas não era uma reforma agrária. Tampouco outras tentativas do governo estadual de estabelecer assentamentos de reforma agrária foram legítimas na interpretação de Callado. Por que não? Porque as leis de terra exigiam que o governo do estado comprasse as terras dos proprietários, e para Callado tais negócios não se qualificavam como práticas de reforma agrária. De fato, o desenvolvimento da área serviu para atrair investimentos da Duke Energy International,

uma corporação transnacional (TNC) sediada nos Estados Unidos, que comprou a CESP-Paranapanema em 1999, quando o governo estadual privatizou essa empresa.

O discurso da reforma agrária assenta-se na representação da política como estratégia de desenvolvimento econômico que poderia reduzir as ameaças seja da pressão política radical, seja da pobreza. Na história do Brasil pós-Segunda Guerra Mundial, podem ser detectadas duas variações significativas desse discurso. O primeiro, data da era da Guerra Fria, quando a política se tornou lei como o ET - Estatuto da Terra em 1964 (SANTOS, 1998). A segunda data dos primórdios da era da Globalização nos anos 80, quando a luta pela terra tornou-se resurgente no contexto da transição do Brasil do governo militar para o civil. Em 1988, a reforma agrária tornou-se um dever constitucional do Estado. Um especialista em estudos de desenvolvimento, Cristóbal Kay (1998), chama essas eras pré-reforma e pós-contrarreforma. Em ambas as eras, como ele mostra, os resultados foram “misturados na melhor das hipóteses,” com os agricultores comerciais geralmente vencedores e camponeses (os supostos beneficiários da reforma), via de regra, perdadores.

Em ambos os casos, as instituições internacionais mudaram suas políticas de forma a influenciar as iniciativas de reforma agrária brasileira. Na primeira onda, o ET, aprovado pelo primeiro ditador militar Humberto de Alencar Castelo Branco, beneficiou-se de uma política instada aos governos latino-americanos pelo programa Aliança para o Progresso, então promovido pelo governo dos Estados Unidos (CEHELKY, 1979). Na segunda onda, que continua até o presente, a reforma agrária passou a fazer parte da Constituição brasileira de 1988 e recebeu mais apoio e ênfase do Banco Mundial na “combate a pobreza” no campo, onde a doença era considerada “extrema” (PEREIRA, 2010). Os altos níveis de pobreza profunda foram cada vez mais representados como ameaças à estabilidade do modelo neoliberal à medida que o período da Guerra Fria chegava ao fim. É a partir deste ponto, e daí a impotência de ressaltar o contexto internacional para melhor compreendermos a questão agrária no Brasil, que os usurpadores de terras buscam sinais de um ambiente de investimento seguro.

São Paulo Agrário: resistindo a estrangeirização das terras (1985-2012)



Os mapas comparativos da prancha por cima ilustram os resultados mistos da falta de reforma agrária no estado de São Paulo e contextualizam visualmente os fenômenos da grilagem/estrangeirização de terras. Primeiro, observe no Mapa 1 que a agricultura está presente em todo o estado, mas que a atividade agrícola se intensifica em direção ao oeste à medida que se afasta da zona litorânea mais urbanizada do Atlântico. Nas áreas rurais, não são representadas as muitas cidades médias do estado, mas os assentamentos da reforma agrária são mostrados no Mapa 2. Nelas, coletivamente, 17.000 famílias residem em uma área total de 333.344 hectares, uma parcela insignificante dos 24,8 milhões de hectares do estado (FELICIANO, GIRARDI, 2013).

A concentração de assentamentos no oeste mostra o uso de terras públicas para instalar assentamentos, documentando a quase recusa do governo estadual em confrontar os proprietários rurais. Os flashes amarelos no Mapa 2 confirmam a violência usada pelos proprietários e pelo Estado para resistir às transferências de terra públicas e particulares. Para desenhar os mapas, o geógrafo Tiago Cubas usou imagens estáticas e dinâmicas para descrever as atividades e tendências estabelecidas. A intensidade das cores utilizadas representa a intensidade combinada e a predominância da atividade indicada. Destacam-se as grandes áreas da agricultura altamente capitalizada, como as representadas no Mapa 1, pela concentração das indústrias de cana-de-açúcar, laranja e carne bovina. A faixa rosa e as setas no centro deste mapa indicam a trajetória não só das plantações de cana-de-açúcar, mas também do cultivo de laranja em grande escala, duas das culturas do estado mais lucrativas globalmente.

Existem alguns padrões observáveis associados com os círculos roxo e preto no Mapa 1, que representam os locais e tamanhos relativos das propriedades dos estrangeiros, de médio (mais que 200 ha.) a grande (mais que 500 ha.) porte no estado, e as localizações de usinas de açúcar e etanol, cujos proprietários, em sua maioria, dependiam de, ao menos, 25% de capital estrangeiro. Várias terras de estrangeiros estavam nas cercanias de usinas, o que parecia sugerir que havia uma associação entre as plantações de cana-de-açúcar e agroindústrias.

Haviam aglomerados de terras de propriedade estrangeira, não só em áreas dominadas pela cana-de-açúcar, mas também naquelas em que predominavam o gado, refletindo o papel do Brasil como maior exportador de carne do mundo (WELCH, 2006). Os mapas demonstram uma relação geográfica entre a concentração da terra e da riqueza - inclusive em propriedades de estrangeiros - e o aumento da pobreza. No sudeste, uma linha pontilhada marca fora do vale do Rio Ribeira como socio-economicamente depauperado. No extremo oeste, a pobreza no Pontal, sobre a qual Callado escreveu, foi destacada. Na região

centro-norte, o mapa indica altos índices de pobreza em Ribeirão Preto, a chamada capital do agronegócio do Brasil (CUBAS, 2011).

Cada microrregião tem sua própria história e dinâmica, mas essas configurações no mapa reforçam visualmente o argumento da relação entre a reforma agrária e a estrangeirização de terras. Dentro das áreas indicadas, não somente os investidores estrangeiros estão ativos, mas também os movimentos de camponeses que lutam para estabelecer e manter assentamentos de reforma agrária. A pobreza oferece a ambos argumentos necessários para suas causas. Para os movimentos camponeses, a pobreza rural resulta de décadas de conquistas por colonizadores capitalistas que primeiro eliminaram a população indígena e depois expropriaram os camponeses, negando-lhes as mínimas condições de sobrevivência, via empregos precários em gigantescas propriedades rurais ou nos mercados urbanos informais.

Os especuladores estrangeiros, de seu lado, defendem que suas atividades são vantajosas a todos. De acordo com o raciocínio desses, terra e trabalho baratos “contribuem para o desenvolvimento local” e “a mitigação... dos abusos dos direitos humanos” (FARMLAND, 2012). Essas expressões de auto-enaltecimento aliadas a investimentos supostamente corretos do ponto de vista ambiental, como no caso da escolha pelo etanol, são criticadas como “grilagem verde (*green grabbing*),” já que as consequências normais desses processos são o aprofundamento da pobreza e a deterioração do meio ambiente (FAIRHEAD, LEACH, SCOONES, 2012; FERNANDES, WELCH, GONÇALVES, 2014).

Em 2012, a TIAA-CREF, uma empresa de gestão de investimentos estreitamente associada a acadêmicos norte-americanos - incluindo o fundo de aposentadoria deste autor, anunciou sua decisão de aplicar US\$2 bilhões em terras agrícolas (TIAA-CREF, 2012; REDE SOCIAL, 2015). A TIAA-CREF juntou com Cosan, um antigo administradora brasileira de terras agrícolas, cujo executivo é Rubens Ometto, usineiro bilionário de São Paulo, para formar Radar Propriedades Agrícolas como imobiliário e assim apresentar suas ações no Brasil como algo sob controle de brasileiros. Radar comprou 424 mil hectares no Brasil para o joint venture (ROMERO, 2015). Mas a firma não existiria sem a TIAA-CREF, porque a acionista controla mais que 80% da Radar (GRAIN, 2012). Ironicamente, TIAA-CREF tomou parte principal na escrita das diretrizes da Organização da Nações Unidas para fiscalizar investimentos socialmente responsáveis no estrangeiro.

“Vamos voltar ao estado de colônia”

Assim, respondeu uma das líderes do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ao saber de um repórter da *Folha de S. Paulo* que os estrangeiros tinham comprado mais terras brasileiras durante um período de seis meses do que a quantidade delas designadas para reforma agrária (SCOLESE, 2008). Utilizando um estudo realizado pelo SNCR-Sistema Nacional de Cadastro Rural, o repórter Eduardo Scolese revelou que de novembro de 2007 a maio de 2008, os estrangeiros haviam comprado 1.523 propriedades rurais, com uma área total de 2.269 km². A SNCR faz parte do mesmo ministério – MDA-Ministério do Desenvolvimento Agrário – responsável pela implementação das políticas de reforma agrária do Brasil. Scolese, então, contrastou estes números com a quantidade de área indicada para apropriação para os fins de reforma agrária pelo ministério e descobriu que, durante o mesmo período, o governo decretou sua intenção de comprar áreas que totalizam 22% a menos do que a adquirida por estrangeiros. Em outras palavras, a causa da reforma agrária estava progredindo a um ritmo muito menos intenso do que a ocupação estrangeira do país.

O artigo de Scolese (2008) ajudou a estimular um debate no país que refletia inseguranças profundas sobre a soberania brasileira. O estado de São Paulo foi a entidade da federação que mais vendeu terras à estrangeiros, com 888 vendas no período. A combinação de uma infraestrutura relativamente moderna com o aumento constante dos preços dos terrenos fez do estado uma aposta bastante segura para o capital estrangeiro, especialmente para a indústria agroalimentar. O artigo de Scolese mostrou ainda que os grandes estados da região Centro-Oeste, os de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tiveram a maior área afetada, com quase 25% das novas compras de terras (530 dos 2.269 km²) ocorridas dentro de suas fronteiras. Essas estatísticas documentaram que a área total conhecida controlada por estrangeiros cresceu de 38,3 para 40,3 mil km² no período.

Essa informação contrastava em certa medida com as estatísticas apresentadas ao Senado brasileiro em março por Rolf Hackbart, diretor do INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Hackbart revelou então que o registro SNCR mostrou que 55 mil km² do território brasileiro estavam em mãos estrangeiras (HACKBART, 2008, p.13). Essa diferença apontava para uma preocupação adicional que era exatamente o imbróglio em como identificar aquisições de terras por estrangeiros.

Scolese (2008) relatou que suas fontes haviam contado apenas os registros de indivíduos e empresas que identificaram suas nacionalidades não brasileiras. Os números de Hackbart reivindicou incluir estes proprietários assim como firmas brasileiras controladas por capitalistas estrangeiros que registraram suas propriedades corretamente. Outra categoria de compradores estrangeiros, difícil de ser identificada, são os chamados “laranjas.” Trata-se de empresas e indivíduos que usam suas identidades brasileiras, como uma casca de laranja, para esconder o fato de que os investidores estrangeiros estão no centro do negócio, como no caso do relacionamento entre TIAA-CREF, Cosan e Radar.

O artigo de Scolese (2008) trouxe à baila a seguinte: são os camponeses brasileiros ou os estrangeiros, os grileiros ou assentados que se beneficiam da política agrária? Os dados relatados por Scolese respondem claramente à questão. Naquela época, a economia política favoreceu a estrangeirização sobre a reforma agrária. Ainda em 2008, assentamentos de reforma agrária ocupariam 751 mil km² de área total do Brasil (NERA, 2009, p.20). Mesmo assim, os 55 mil km² ocupados por estrangeiros eram apenas 7% da área dedicada à reforma agrária. Além disso, com a área total do Brasil estimada em 8,5 milhões de km², a estrangeirização representava uma percentagem muito pequena do total das terras do país. O geógrafo brasileiro Ariovaldo Umbelino de Oliveira adotou essa perspectiva para criticar a visão ‘chapa branca’ que atribui o fracasso do governo para implementar o seu próprio plano de reforma agrária à estrangeirização de terras (OLIVEIRA, 2010).

Citando numeros ligeiramente diferentes daqueles apresentados pela *Folha de S. Paulo*, Oliveira observou que as compras por estrangeiros representavam “apenas 0,5% do território brasileiro.” Embora o crescimento tenha sido mais dramático no Centro-Oeste, a participação estrangeira não ultrapassou 1,3% do território da região. No estado de São Paulo, onde o acúmulo de terras pelos estrangeiros se mostrou mais intenso, as parcelas deles acompanharam os montantes nacionais em apenas 1,27% das terras agrícolas do estado, calculado no censo agrícola de 2006 em 167 mil km² (GONÇALVES, 2009). Oliveira poderia ter descrito a questão da ocupação de terras como um arenque vermelho para o Brasil, mas se referiu a outra alusão de Marx quando escreveu:

Esses dados são fundamentais, para mostrar que o “*novo escândalo*” da aquisição de terras por estrangeiros adquire uma característica de farsa a encobrir outros fatos políticos pelo governo do PT, entre os quais estão a contra-reforma agrarian em marcha, particularmente na Amazônia Legal, e a retirada da agenda política do país da reforma agrária como política pública de promoção do desenvolvimento econômico e social (ênfase no original. OLIVEIRA 2010, p.21-22).

As críticas de Oliveira ao governo do PT-Partido dos Trabalhadores, ocupante do poder executivo, são de que o partido não somente deixou de cumprir seu PNRA II – 2ª Plano Nacional de Reforma Agrária, mas, ao contrário, reorientou o sentido da reforma agrária para enfatizar a regularização do status legal de propriedades rurais sem título e trabalhou com sucesso para suprimir a relevância da reforma agrária nos debates da campanha presidencial de 2010. Para Oliveira, a estratégia de normalização de terras do PT – o Programa Terra Legal – permitiu que os tubarões domésticos e estrangeiros roubassem milhões de hectares de área do patrimônio nacional. As provas de Oliveira são bastante contundentes, mas vigorosamente negadas pelo PT, apesar da dramática queda no apoio à distribuição da terra durante os cinco anos de presidência de Dilma Rousseff (NERA, 2015).

Antes da apresentação de Hackbart em março de 2008, a notícia maior em respeito às políticas agrárias controladas pelo INCRA foi um aumento persistente no preço das terras agrícolas. Os altos preços dos terrenos são um dos principais impedimentos à reforma agrária, porque a legislação brasileira exige que o governo compre essas terras – supervalorizadas – junto aos proprietários com orçamentos já apertados para tais compras. O aumento do valor das terras estava associado à tendência de alta dos preços das commodities agrícolas, que estava relacionada ao aumento dos custos de combustível e, portanto, à demanda por “agrocombustíveis,” como o etanol da cana-de-açúcar. De acordo com analistas do agronegócio, os preços dos terrenos dobraram de 2005 a 2008 em algumas regiões produtoras de cana-de-açúcar em São Paulo, onde a agroindústria predomina, e grãos, café e gado competem pela terra com a cana-d-açucar (FORTES, 2008). Como consequência, muitos colonos beneficiados pela reforma agrária têm encontrado dificuldade de resistir à pressão da agroindústria para aluguel de seus lotes para a expansão agressiva de plantações de cana-de-açúcar (FERNANDES, WELCH, GONÇALVES, 2010).

A análise do agronegócio do preço da terra corrobora as conclusões do especialista em estudos agrários Saturnino Borrás et al (2012). O estudioso argumentava que a apropriação de terras não está unicamente ligada aos preços dos alimentos. O autor conclui que, ao contrário de muitos estudos, a captação de terras não está centrada na crise alimentar, mas, sim no que chamam de “culturas flexíveis,” isto é, culturas como soja e cana-de-açúcar que têm mercados flexíveis – satisfazendo demandas em duas ou mais partes do novo

complexo “alimento-ração-combustível” que atualmente descreve os múltiplos papéis socioeconômicos da agricultura em larga escala.

Por mais complexo que seja este quadro, os investimentos no Brasil também envolvem florestas comerciais, especialmente plantações de eucalipto, fonte de combustível e celulose utilizada para produzir papel e outros produtos. As plantações de eucalipto, cada vez mais ligadas ao capital estrangeiro, têm-se expandido de forma constante em quase 5% ao ano desde 2000. Além das florestas comerciais de pinheiros, essas plantações ocuparam cerca de 50 mil km² do Brasil até 2013. Somente São Paulo era responsável por quase 20% desta floresta, adicionando o equivalente a 90 km² de área nova anualmente desde 2006 (ABAF, 2013). Essas oportunidades, bem como o agravamento das possibilidades de investimento nos Estados Unidos e na Europa – à medida que várias bolhas lucrativas explodiram desde 2008 – tornaram o mercado de terras agrícolas mais atraentes para os investidores estrangeiros (MCMICHAEL, 2012).

No contexto da atual luta contra a aquisição estrangeira de terras, a concorrência da que a estrangeirização apresenta para a reforma agrária tem reanimado o debates entre os defensores de segurança alimentar e soberania alimentar. Mesmo *O Estado de S. Paulo*, alinhado aos interesses da burguesia agrícola desde o final do século XIX, publicou em tom de ironia os dados do agravamento da fome e da pobreza no mundo, enquanto se produzem cada vez mais alimentos (NOVAES, 2011). Mais de um milhão de pessoas vivem abaixo da linha de pobreza no estado de São Paulo, o mais rico da federação, com apenas US\$ 1,25 por dia para gastar, enfatizou o autor. Isso não tem nada a ver com o projeto agrícola do estado, respondeu o então Secretário de Agricultura e Abastecimento estadual, João de Almeida Sampaio Filho (UNICA, 2007). Com os preços mais altos dos alimentos, os fazendeiros do estado estavam investindo na produção de alimentos em uma “ritmo acelerado.” Ele citou estudos de sua equipe de rendimentos de colheita 102% maior para o trigo e 13% maior para o milho. Sampaio observou um aumento recente de 84% nas áreas plantadas com trigo – de 40 mil hectares para 75 mil hectares. O autor observou então que 9,1 milhões de hectares do estado são dedicados ao pasto e que o milho ocupou 850 mil hectares (usados para alimentação, não alimentos), o milho ocupou 690 mil hectares (usados para exportação, não alimentos), a soja, cerca de 450 mil hectares, para exportação e/ou ração, e não alimentos) e que as plantações de cana-de-açúcar provavelmente diminuirão seu

crescimento de 300 mil para 100 mil por ano. Na época da entrevista, a cana-de-açúcar dominava mais de 4,9 milhões de km² do estado, mas logo ultrapassaria esse número em 300 mil hectares. (Ver Quadro 1).

Quadro 1. Trájetoria histórica na área e produtividade da terra no estado de São Paulo para certos produtos alimentícios e industriais, 1956-2011.

	1959	1969	1976	1986	1996	2006	2011
Seleção de produtos alimentícios consumidos domesticamente							
Feijão¹							
Área (1000s ha)		234.7	240.7	363.4	143.8	125.8	100.8
Produção (1000s of 60 kg)		1,319.5	2,327.4	3,472.5	2,359.5	3,290.0	3,198.8
Arroz							
Área (1000s ha)		774.5	620.3	305.1	104.0	26.1	21.4
Produção (60 kg)		9,096.4	13,944.4	8,773.4	3,523.8	1,424.6	1,651.0
Trigo							
Área (1000s ha)		ni	Ni	211.4	26.6	42.1	53.4
Produção (60 kg)		ni	Ni	5,494.8	556.1	1,261.6	2,185.6
Seleção de produtos industriais de interesse especial dos estrangeiros							
Eucaliptus							
Área (1000s ha)		ni	Ni	788.8	713.7	915.8	998.7
Área nova adicionada (1000s ha)		ni	Ni	26.6	25.8	166.1	221.5
Produção		ni	Ni	ni ²	ni	ni	ni
Laranja							
Área (1000s ha) ³		153.3	410.0	487.8	718.9	574.5	690.0
Produção (1000s 40.8 kg boxes)		33,980.1	97,169.8	196,366.2	371,401.6	348,399.6	384,869.9
Cana⁴							
Área em produção (1000s ha)		563.4	932.0	1,504.1	2,387.8	3,436.8	5,269.4
Área nova adicionada (1000s ha)		ni	Ni	350.1	428.3	821.6	572.2
Produção (1000s toneladas)		25,800.0	47,500.0	122,986.1	187,039.7	284,916.7	406,483.6

Sources: Camargo, 1969-1980; IEA, 1983-2011. Organization: C A Welch (2016).

¹ Feijão seco e molhado.

² Não informado.

³ Devido disponibilidade das estatísticas, as figuras da área são de 1975, 1985, 1996 e 2005 (Barbosa, 2007). A figura de 2011 veio de dados em UNICA, 2011.

⁴ Reflete a produção de cana-de-açúcar para industrialização para açúcar e etanol, não ração.

O processo de expansão do complexo de alimentos, combustíveis e celulose fez com que o Brasil se tornasse importador de alguns alimentos. Mas, como o país aumentou sua produtividade e se tornou um dos principais exportadores mundiais de muitos produtos agrícolas, a importação de alimentos tem declinado em geral (WELCH, 2006). Por exemplo, de acordo com estatísticas compiladas pelo ministério da agricultura, em 2003 o Brasil importou 21% de seu trigo. Em 2011, a participação do trigo importado havia declinado para 6%. O pior caso, frequentemente mencionado pelos críticos da política governamental, é o feijão. Na entrevista, Almeida Sampaio enalteceu a expectativa de aumento da produção de arroz, porém sem dar quaisquer estatísticas, ocultando o feijão, o segundo alimento favorito do brasileiro (UNICA, 2007). O Mapa 1 mostra que uma pequena porção do estado é dedicada a estas culturas de base. De 2008 a 2010, as importações dispararam e os consumidores ficaram completamente dependentes dos produtores estrangeiros. Em 2011, no entanto, a participação de grãos importados caiu para menos de um por cento (MAPA, 2012). (O Quadro 1 revela um aspecto interessante da história dessa cultura, documentando como sua área em São Paulo diminuiu drasticamente enquanto a produtividade permaneceu quase estável).

Muitos outros alimentos são importados, também, mas sua participação também é baixa. No entanto, quando se relata que mais terra é destinada aos estrangeiros do que à reforma agrária, como destacou o artigo de Scolese, os temores sobre a dependência alimentar brasileira estimulam rapidamente o debate sobre o aumento dos preços e os riscos da fome. Por causa disso, a discussão sobre a ocupação de terras no Brasil rapidamente se transformou em debate político sobre a limitação, proibição ou controle da propriedade estrangeira da terra, debate que continuou travado entre administradores e legisladores na capital do país (PEREIRA, FARO, 2011; HAGE et al., 2012).

Os movimentos de camponeses e de pequenos agricultores certamente aderiram ao debate. Hoje, a maioria dos camponeses que vivem em assentamentos de reforma agrária produz leite e queijo, cria galinhas, cultiva árvores frutíferas e vegetais para autoconsumo e venda aos mercados locais. Muitos produtores de assentamentos de reforma agrária contam com contratos subsidiados pelo governo federal para fornecer bens básicos aos distritos escolares locais. De fato, as pequenas fazendas são responsáveis pela produção da maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros, seja através de mercados de agricultores

locais ou como parte do sistema de integração que produz aves, suínos, uvas para vinho e outras commodities para as diversas firmas do agronegócio.

Enquanto a CONTAG-Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura e outras organizações de agricultores e agricultores familiares foram convidadas a se manifestarem via representação legal, movimentos como o MST e a Via Campesina deram a conhecer as suas opiniões através de publicações, mobilizações e manifestações, tais como o Encontro Unitário dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campos, das Águas e das Florestas, realizado em Brasília em agosto de 2012, com a colaboração da CONTAG (ENCONTRO UNITÁRIO 2012).

João Pedro Stédile, economista, membro fundador do MST e coordenador da Via Campesina-Brasil, atacou os grileiros estrangeiros das terras do Brasil. “Parte dos capitalistas do mundo inteiro está vindo para o Brasil comprar terra, usinas de combustível, hidrelétricas, agredindo o meio ambiente, forçando a mudança da legislação indígena e levando a uma maior concentração da propriedade da terra e da renda” (FERREIRA, 2012). Argumentou Stédile, “a sociedade brasileira vem sendo sequestrada pelo modelo de produção agrícola chamado agronegócio” (FERREIRA 2012). Antes, em outro texto, Stédile identificara o “casamento das empresas transnacionais com os grandes proprietários de terras” como uma aliança essencial ao crescimento do modelo agro-exportador que é “uma espécie de re-colonização, lembrando os tempos do império” (STEDILE, 2008). Parte do capital se dirige para investimentos na agro-indústria, “outra parte do capital foi aplicado na compra de terras” continuou ele. O encontro de agosto de 2012 em Brasília buscou unificar as forças de várias divisões organizacionais para pressionar o governo a emitir um plano com vistas a acelerar a implementação das leis de reforma agrária (ENCONTRO UNITÁRIO, 2012).

Reforma agrária – na lei ou na marra!

O evento de 2012, o Encontro Nacional Unitário de Todos os Trabalhadores e Trabalhadoras, Povos do Campo, das Águas e das Florestas do Brasil, foi apresentado ao público como a maior “demonstração de capacidade de articulação e unidade política” do campesinato desde 1961, quando foi realizado em novembro o Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, o chamado Congresso Camponês (ENCONTRO

UNITÁRIO 2012). Esse evento histórico partiu da iniciativa do PCB - Partido Comunista do Brasil e seu ULTAB - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil. O congresso foi significativo para reunir a maioria dos grupos que defendiam mudanças profundas no sistema de posse da terra do Brasil, desde aqueles ligados ao PCB até aqueles ligados à ala progressista da Igreja Católica. De acordo com Lyndolpho Silva, presidente da ULTAB e chefe do setor de campo do PCB, foram feitas acomodações especiais para Francisco Julião, presidente honorário das Ligas Camponesas, uma organização independente de comunidades camponesas que tiveram notáveis vitórias na luta pela terra no final da década de 1950 (CUNHA, 2004). Orador notável, Julião era pernambucano, advogado e político socialista, defensor dos camponeses do Nordeste. Seus discursos fazia alusões à passagens bíblicas e frases de efeito, tais como “Reforma agrária, na lei ou na marra!” (WELCH, 2010).

O primeiro congresso nacional buscou influenciar as políticas públicas e o fez atraindo a participação de políticos de alto nível, incluindo o recém-instalado presidente João Goulart, que deu um dos discursos de encerramento, expressando apoio explícito ao argumento de que “a reforma agrária é uma das reformas que o País reclama para dar plena expansão às suas forças produtivas” (GOULART em COSTA, 1993, p.102). De fato, em menos que 3 anos, o governo criou uma agência de política agrária, ganhou aprovação de uma lei trabalhista rural através de um congresso oposicionista, reconheceu centenas de sindicatos rurais e elaborou uma lei de reforma agrária que, ironicamente, só seria decretada pela administração sucessora, o primeiro de uma série de ditadores militares que se manteriam no poder no Brasil de abril de 1964 a janeiro de 1985 (WELCH, 2012). Enquanto o movimento camponês mobilizado estimulou a ação governamental, os analistas também notaram a exclusão dos camponeses e de seus representantes no processo legislativo (SANTOS, 1998; WELCH, 1995)

A reunião de 2012 não foi tão influente. Durante o evento, o governo anunciou a primeira expropriação de terra do ano e aceitou a idéia de incluir a repressão no campo no trabalho da Comissão Nacional de Verdade, formada para avaliar os abusos de direitos humanos da ditadura (ARRUDA, 2012). Outro paralelo era que ambos os eventos foram seguidos por golpes de estado onde os grande proprietários rurais e seus aliados tiveram

papéis centrais no derrubado de dois governos democráticos e abertos para negociar com o movimento camponês – os de Goulart e de Dilma (WELCH 2006; CASTILHO 2016).

Analisando o congresso de 2012 à luz da experiência de 1961, percebemos alguns paralelos entre a era da Guerra Fria e a situação atual, especialmente o sucesso dos organizadores em unir a CONTAG, o MST, os grupos indígenas e as organizações de quilombos por trás de uma única bandeira. Examinando o congresso de 2012, o semanário nacional *Brasil de Fato* – que faz oposição de Esquerda às medidas liberais e neoliberais dos governos brasileiros – verificou que, “Esse encontro será histórico, porque na trajetória dos movimentos sociais do campo essa unidade somente havia ocorrido uma vez, em novembro de 1961, quando se realizou em Belo Horizonte (MG) o I Congresso Camponês do Brasil” (BF, 2012a).

Semelhantes foram as razões para os encontros. Na declaração final, as entidades organizadoras do encontro explicaram os principais motivos para o evento de 2012:

[O] século XXI revela um projeto de remontagem da modernização conservadora da agricultura, iniciada pelos militares [...] e retomada como projeto de expansão primária para o setor externo nos últimos 12 anos, sob a denominação de agronegócio [...], nosso inimigo comum.

Este projeto [...] produz desigualdades nas relações fundiárias e sociais no meio rural, aprofunda a dependência externa e realiza uma exploração ultrapredatória da natureza. Seus protagonistas são o capital financeiro, as grandes cadeias de produção e comercialização de commodities de escala mundial, o latifúndio e o Estado brasileiro nas suas funções financiadora [...] e (des)reguladora da terra. [...]

O Brasil, como um país rico em terra, água, bens naturais e biodiversidade, atrai o capital especulativo e agroexportador, acirrando os impactos negativos sobre os territórios e populações. Externamente, o Brasil vem se tornando alavanca do projeto neocolonizador [...]

Torna-se indispensável um projeto de vida e trabalho para a produção de alimentos saudáveis em escala suficiente para atender as necessidades da sociedade, que respeite a natureza e gere dignidade no campo [...]

Diante disso, afirmamos: 1) reforma agrária como política essencial de desenvolvimento justo, popular, solidário e sustentável, pressupondo mudança na estrutura fundiária [...]; 2) a soberania territorial, que compreende o poder e a autonomia dos povos em proteger e defender livremente os bens comuns e o espaço social [...] (ENCONTRO UNITÁRIO 2012).

A declaração enfatiza a perda de soberania para o capital transnacional e sugere haver conseqüências para as populações rurais e o meio ambiente. Embora a espoliação de terras não tenha sido abordada especificamente, ela está presente em quase todas as cláusulas. Essa espoliação está implícita na desigualdade de posse da terra que se diz produzida pela expansão do setor primário de exportação, pelo fato como os recursos naturais do Brasil são capazes de atrair a especulação capitalista nas exportações agrícolas, influenciando

negativamente o território. Estão explícitos ali, por outro lado, a intenção de proteger a soberania territorial do Brasil e mudar o regime de posse da terra por meio da política de reforma agrária. Para os movimentos sociais e trabalhistas que fizeram a declaração, a apropriação de terras parece ser parte integrante do capitalismo contemporâneo, que deve ser confrontado com políticas de terra reformistas. Como Stédile e outros organizadores argumentaram, a crise econômica havia piorado a situação do Brasil, incentivando os capitalistas estrangeiros a investir em terra, água e outros recursos naturais brasileiros. Foi, portanto, necessário organizar o encontro de 2012 para “definir estratégias comuns para as populações excluídas, como camponeses, quilombolas e indígenas” (FERREIRA, 2012).

Em seu relatório sobre o congresso de 1961, Silva enfatizou duas razões chaves para os esforços da ULTAB para organizar o evento. Ele escreveu:

No Brasil agravava-se dia após dia as duas contradições fundamentais que reclamam solução na atual etapa histórica do nosso desenvolvimento: a contradição entre a Nação e o imperialismo e seus agentes internos e a contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra. Como consequência desse agravamento, vem crescendo a consciencia e as lutas das massas trabalhadoras do campo e da cidade, dos estudantes, da pequena burguesia e de alguns elementos da burguesia nacional contra a dominação imperialista e por uma reforma agrária que quebre a atual estrutura agrarian brasileira” (SILVA em COSTA, 1993, p.105).

Durante a Guerra Fria, o discurso diferiu, com termos como “imperialismo” no centro do debate. Comunistas e capitalistas falavam de “etapas históricos,” reforçando uma visão linear, positivista e compartilhada de progresso. Outro termo relativamente estranho aos debates atuais são o “povo,” especialmente definidas exclusivamente como “trabalhadores.” Mas outros temas parecem estar em paralelo com aqueles expressos meio século depois

O principal paralelo é o conflito entre os interesses nacionais brasileiros (“a Nação”) e os objetivos dos estrangeiros e seus aliados internos (“os imperialistas”). Para Silva, essa era uma das duas “contradições fundamentais” do estágio histórico real.” Ao monopolizar a terra, os imperialistas e seus aliados proprietários produziram a segunda contradição fundamental, que assentava em impedir o crescimento contínuo das “forças produtivas” à nação. De acordo com o pensamento leninista de Silva, essas forças estavam repletas de contradições que produziram sua ruína, principalmente na forma de conscientização de trabalhadores alinhados com grupos e indivíduos progressistas e nacionalistas da necessidade de lutar contra a dominação imperialista e “por uma reforma agrária que quebre a atual estrutura agrária brasileira” (SILVA apud COSTA, 1993, p. 105). Na declaração final

do congresso de Belo Horizonte, a apropriação territorial, a apropriação de terras do período – “a propriedade latifundiária” - foi descrita como “vinculada ao capital colonizado, estrangeiro, notadamente o norte-americano, que nelevse apóia para dominar a vida política brasileira e melhor explorar a riqueza do Brasil” (ULTAB em COSTA, 1993, p.64). Em outras palavras, o “latifundiário” de ontem é o “agronegociante” de hoje, o “inimigo comum,” ambos aliados ao capital estrangeiro (ENCONTRO UNITÁRIO, 2012).

Segundo os organizadores do encontro, na década de 1960 foi o “latifundiário” e no século 21 o “agronegociante” que buscou monopolizar a terra brasileira, dominar o país e torná-lo dependente de estrangeiros. O tema da colonização, tão proeminente em 1961, também aparece na declaração de 2012. Ambas as narrativas enfatizam a importância para os estrangeiros de aliados internos, principalmente entre as classes proprietárias. No campo, o congresso de 1961 sublinhou a existência de uma aliança entre latifundiários e imperialistas – os imperialistas apoiaram propriedades improdutivas e de grande escala como forma de impedir o desenvolvimento econômico.

Para os organizadores do evento de 2012, o “latifúndio” não se limita à condição de explorador da mão de obra do homem do campo, mas como alavanca do projeto neocolonial de capitalistas globais “expandindo este modelo para outras países, especialments na América Latina e África” (ENCONTRO UNITÁRIO, 2012). Na época de Silva, essas formas de colaboração eram acusadas de “entregar” o país aos estrangeiros, mas algumas frações burguesas – “da pequena burguesia e da burguesia nacional” – eram vistas como possíveis aliados na causa da defesa do Brasil contra o imperilismo. Hoje, tais aliados certamente seriam bem vindos, mas a narrativa do encontro de 2012 enfatizou a consciência política dos “trabalhadores e trabalhadoras e povos do campo, das águas e das florestas” prontos para se defender (ENCONTRO UNITÁRIO, 2012).

A preocupação com as consequências políticas dessas contradições foi o segundo ponto de partida de Silva ao descrever o congresso de 1961. O planejamento do evento foi estimulado, de acordo com seu relatório, pelos debates do Congresso em apoio à legislação de reforma agrária que seria contraproducente. Silva escreveu que “tínhamos de aumentar a pressão das massas sobre o Governo e o Parlamento para não permitir a aprovação de uma lei reacionária. Precisávamos imprimir uma ação que logo de início alcançasse grande repercussão em todo o País” (SILVA em COSTA 1993, 107). No mesmo item, Silva

afirmou ter sido impulsionado pela “obediência à orientação de nossas conferências internacionais” ao optar por organizar o congresso de 1961. Silva escreveu que em maio ele participou da I Conferência Regional Latino-Americana de Trabalhadores de Plantação em Havana, Cuba. Em colaboração com a União Soviética, a jovem Revolução Cubana já havia começado a servir de base regional para as instituições do bloco comunista (CASTAÑEDA, 1993). A conferência de 1961 representou o primeiro esforço para coordenar na região o trabalho organizador da União Internacional dos Trabalhadores de Florestas e Plantações Agrícolas da União Soviética (WELCH, 1995). Relatando o encontro de Havana, Silva (1961) escreveu que as delegações de 14 dos países da região concordaram que “os latifundiários e os grandes truste internacionais, principalmente os norte-americanos, são os grandes exploradores dos trabalhadores agrícolas e dos lavradores de todos os países da América Latina.” De acordo com o relato de Silva, na conferência regional, os membros tinham chegado ao consenso de que uma “reforma agrária profunda” era necessária,

[...] para que os camponeses possam conseguir sua libertação econômica, isso é, ficar livres da exploração dos latifundiários e das companhias estrangeiras, é necessária uma profunda reforma agrária que liquide com o regime latifundiário de propriedade da terra, e para isso recomenda a Conferência que todos os camponeses e trabalhadores agrícolas continuem se organizando, que estejam sempre unidos com os operários da cidade e com todas as pessoas interessadas no progresso dos nossos países; que é necessário intensificar a luta pela independência nacional... (SILVA, 1961).

Dessa forma, o segundo motivo consistia em mobilizar organizações e pessoas para influenciar o processo político, algo que o congresso de Belo Horizonte tentou fazer de maneira direta e específica. Por exemplo, a participação do presidente e do primeiro-ministro nos procedimentos garantiu a atenção do Estado. Os acadêmicos concordam que o amplo e intenso nível de mobilização na época incentivava a ação congressual e fazia necessário que o governo abordasse a questão da reforma agrária, embora os camponeses e seus representantes fossem excluídos do processo legislativo (CAMARGO, 1986; MEDEIROS, 1989; WELCH, 1995; SANTOS, 1998). No entanto, como sugere o relançamento da questão no período pós-ditadura, a legislação aprovada não impediu que “leis reacionárias” fossem propostas e/ou implementadas.

Assim como os organizadores do congresso de 2012 observaram no caso do império do agronegócio, o imperialismo americano na América Latina durante a Guerra Fria foi exercido para promover uma interpretação da preservação de um oligopólio no campo. Silva

(COSTA, 1993, p.106) definiu “3 correntes” na conjuntura política. Uma foi formada “pelos latifundiários e agentes internos do imperialismo que lutam contra a realização de qualquer mudança na estrutura agrária.” Outra corrente foi “composta da burguesia nacional, não comprometida com o imperialismo, interessada na ampliação do mercado interno e na eliminação dos obstáculos que o monopólio da terra opõe ao livre desenvolvimento das forças produtivas.” A terceira incluiu “camponeses sem terra, operários, setores radicais da intelectualidade, da pequena burguesia.” Sua principal preocupação em organizar o congresso, num momento em que o pedido de reforma agrária vinha de todos os lados, era para ajudar a garantir que o primeiro grupo não atingisse seus objetivos. Como escreveu à época, os latifundiários e seus aliados “defendem uma organização agrária que esabeleça um conjunto de leis e de medidas capazes de amparar os ‘produtores’ e a produção” (SILVA em COSTA, 1993, p.106). Essa era a essência da lógica desenvolvimentista que prevaleceu à época.

A teoria da modernização orientou os decisores políticos a vincularem a questão agrária ao processo de industrialização. Como observou a historiadora Ana Maria dos Santos, nas propostas de reforma agrária do período, “os fins desenvolvimentistas [...] sempre estiveram à frente dos interesses do trabalho do trabalhador” (SANTOS, 1998, p.3). O campo teria a função de criar uma demanda para o setor de bens industriais, ampliando o mercado de máquinas agrícolas e produtos químicos. Os aumentos na produção de alimentos serviriam de subsídio ao setor industrial, forçando o custo de vida dos trabalhadores urbanos, ajudando assim a reduzir a pressão para melhoria dos salários. Além disso, o uso de insumos modernos, como fertilizantes e máquinas, ajudaria a reduzir a necessidade de mão-de-obra no campo, “libertando” trabalhadores para o mercado de trabalho industrial, onde a presença de um excesso de trabalhadores também ajudaria a manter os salários baixos. Em contraste com o discurso do desenvolvimento, no entanto, os defensores da reforma agrária prometeram às populações urbanas e rurais que as políticas de reforma eram destinadas a promover a “fixação do homem e sua família ao solo” e “a estabilização do homem no campo, a colonização e o aproveitamento das terras públicas e também das inaproveitadas do domínio particular,” como argumentou o governador de São Paulo, Carlos Alberto de Carvalho Pinto, ao explicar sua versão da reforma agrária ao público em 1960 (CARVALHO PINTO, 1960, p.11).

Em março, Carvalho Pinto apresentou seu projeto de “Revisão Agrária” à legislatura estadual. Um de seus argumentos para garantir aprovação da lei foi de que os intransigentes

militantes cubanos haviam estimulado a Revolução Cubana ignorando a necessidade de fazer mudanças no sistema de posse da terra. A chamada “revisão” de Carvalho Pinto contava com um imposto progressivo para forçar os latifundiários a modernizar suas práticas e tornar suas propriedades mais produtivas. O imposto era para ser acoplado a um fundo que seria usado para comprar terras subexploradas e estabelecer colônias de agricultores familiares, cuja principal função seria fornecer alimentos para os centros urbanos nas proximidades. No entanto, a maioria dos grupos de proprietários de grandes fazendas se opôs ao imposto e, em abril de 1961, o congresso nacional proibiu os estados de cobrar esse imposto sobre a propriedade, criando um obstáculo para a implementação da lei. O sucessor de Carvalho Pinto opôs-se à lei, reduzindo os efeitos da reforma agrária à proporções muito pequenas. Durante a curta vida da lei, apenas 176 famílias foram instaladas em dois assentamentos (TOLENTINO, 2011).

Apesar do cinismo de Silva sobre tais “leis reacionárias,” os legisladores do PCB, eleitos clandestinamente através de partidos políticos aliados, votaram a favor do projeto de revisão agrária (TOLENTINO, 2011). No contexto do congresso camponês de 1961, Silva falou de formas mais radicais de reforma agrária, especialmente a modificação da Constituição de 1946 do país para permitir a expropriação de terras sem ter que pagá-la em dinheiro, uma exigência que impediu essencialmente a reforma agrária. A declaração de Belo Horizonte também reivindicou o registro e a análise do uso de propriedades rurais acima de 500 ha, sugerindo que elas seriam mais provavelmente expropriadas se caíssem na categoria “latifúndio” (ULTAB em COSTA, 1993). No contexto da época, até mesmo o movimento campones guiado pelo PCB compartilhou fundamentalmente um modelo de desenvolvimento que enfatizou a produção. Considere-se os comentários da declaração do congresso sobre a relação entre o monopólio da terra, a reforma agrária e a escassez de alimentos:

Com vistas a um rápido aumento da *produção*, principalmente de gêneros alimentícios, que possa atenuar e corrigir a asfixiante carestia de vida em que se debate a população do País, sobretudo as massas trabalhadoras da cidade e do campo, o Estado deverá elaborar um plano de fomento da agricultura que assegure *preços mínimos compensadores nas fontes de produção*, transporte eficiente e barato, favoreça a compra de instrumentos agrícolas e outros meios de produção; garanta o fornecimento de sementes, adubos e inseticidas, etc., aos pequenos agricultores...e combata o favoritismo dos *grandes fazendeiros* (ênfase nossa, ULTAB em COSTA, 1993, p. 68-69).

Este discurso relativamente desenvolvimentista da ULTAB pareceu condizente com a perspectiva do mundo comunista da época que deu destaque da necessidade de se passar pelo modo de produção histórico do capitalismo para alcançar o socialismo.

O ponto de vista capitalista foi especialmente articulado por um grupo de pensadores conservadores, políticos, industriais, usineiros e fazendeiros que, com financiamento do governo dos EUA, trabalhou para minar o governo Goulart. Em 1963, membros do Instituto de Estudos e Pesquisas Sociais (IPES) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) indicaram a falida “revisão agrária” de Carvalho Pinto como o modelo de reforma agrária mais digno para o país (TOLENTINO, 2011; Dreifuss, 1981). Uma equipe começou a trabalhar em um plano nacional semelhante e, logo após o derrubada de Goulart por uma conspiração militar-civil, o regime militar do general Castelo Branco, decretou, em novembro de 1964, o Estatuto da Terra. Esta lei orientou todas as medidas de reforma agrária até o período posterior à ditadura quando, em 1988, foi promulgada uma nova constituição federal. Mesmo assim, o ET continuou a influenciar os sistemas brasileiros de governança de terras através de prioridades de desenvolvimento capitalista e de produtividade.

Latifúndio e agronegócio

O geógrafo brasileiro Bernardo Mançano Fernandes enfatiza os paralelos entre o latifúndio improdutivo e o agronegócio. Afirma o pesquisador que ambos compartilham características negativas semelhantes, comuns à agricultura capitalista, especialmente em suas tendências para a concentração da terra e a exploração dos recursos humanos e naturais. Além de sua acumulação comum de terra, a primeira explora os camponeses, incluindo-os em um sistema de subserviência, enquanto a segunda os exclui através do deslocamento facilitado pelo uso da tecnologia. Outro paralelo contraditório é o seu vínculo com a reforma agrária. Como escreveu Fernandes (2009, p. 172):

Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento.

O caráter “sagrado” do agronegócio torna sua relação com o latifúndio trás implicações particularmente interessante para a reforma agrária. Até os meados dos anos 1950, quase todos concordavam que o latifúndio precisava ser transformado.

Para os EUA, o agronegócio tornou-se a resposta, embora certas propriedades – como pastagens de gado e culturas de exportação – pudessem muito bem se qualificar como locais de usos improdutivos e pobres em recursos naturais (ROSS, 2000). O conceito ainda estava em construção nos EUA, onde enfrentou a oposição dos fazendeiros pequenos nos anos de 1980, quando sua definição foi discutida energicamente. Hoje, os pequenos agricultores alternativos e criadores de gado colocam alimentos saudáveis e um local de trabalho sustentável acima dos lucros, contrários aos preceitos formais do agronegócio, e ainda vêm sua perspicácia empresarial – uma identidade do agronegócio – como central para passar suas operações com sucesso aos seus herdeiros (WELCH, 2005). A aceitação do conceito também levou tempo no Brasil (MENDONÇA, 2013). A ditadura trabalhou em estreita colaboração com os defensores do agronegócio norte-americano, mas optou por interpretar o termo como “agroindústria,” usando o ET e os incentivos fiscais para transformar alguns latifúndio em complexos agroindustriais (GONÇALVES NETO, 1997; MOLINA 2016).

No início dos anos 90, num contexto de cortes de subsídios para a agricultura, um grupo de produtores fundou a ABAG - Associação Brasileira de Agronegócio, com vistas a consolidar o setor em torno do conceito de integração vertical (controle da cadeia de produção e processo do solo para a mesa), além de demandar maior auxílio governamental. Até 2012, os defensores do setor argumentaram que as raízes do “fazendeiro” de hoje estavam no “rico produtor influente política e economicamente” do passado – o latifundiário (CAVINATTO, 2012). Nossa compreensão dessa figura mudou, diz a autora. O agricultor brasileiro “virou um empresário que cuida da produção, dos insumos, do bem-estar animal, do maquinário, do escoamento, da previsão do tempo, das cotações da bolsa, da sustentabilidade, das leis ambientais, das leis trabalhistas, entre outros mil detalhes” (CAVINATTO, 2012). Uma vez que o agronegócio se apresenta como inerentemente produtivo, os novos gigantes do agronegócio insistem no argumento de que suas fazendas servem ao bem-estar social e não devem ser sujeitas à reforma agrária.

A “intocabilidade” do agronegócio passou a ser desafiada vários anos antes do encontro de 2012 em Brasília. Até o século XXI, as lutas de terra, geralmente, visavam terras

públicas e fazendas privadas consideradas anti-sociais, seguindo os artigos 184 e 185 da Constituição de 1988, que colocava nas mãos do governo federal o dever de apropriar-se dessas terras – que não conseguiram “cumprir sua função social” –, em nome do interesse público, para fins de reforma agrária. A mesma Constituição consolidou e alterou vários precedentes para estabelecer critérios de apropriação de terras, baseados principalmente na avaliação da adequação de seu uso (produtividade) e no respeito às leis trabalhistas e ambientais. Violações desses critérios podiam resultar em expropriação, com pagamentos não em dinheiro, mas em papéis, pagáveis em 20 anos. No entanto, a crescente influência das empresas agrícolas transnacionais no Brasil fez com que uma fazenda experimental da Monsanto conseguisse se estabelecer e operar no estado do Rio Grande do Sul. O uso por essa empresa de sementes geneticamente modificadas – apesar da ambigüidade sobre a legalidade do uso dessas sementes no Brasil – serviu como objeto de crítica da Via Campesina, durante o primeiro Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre em 2001.

Muitos conflitos com o agronegócio viriam a acontecer em vários estados da federação, mas um deles em 2009 – a ocupação de uma plantação de laranjas em São Paulo, pertencente à transnacional Cutrale – é um exemplo ilustrativo. O estado de São Paulo é responsável por produzir 80% do concentrado de suco de laranja consumido no planeta. A Cutrale tem controlado paulatinamente toda a fabricação e distribuição desse produto e a vida de milhares de famílias agricultoras. A empresa possui agora mais de 53 mil hectares de pés-de-laranjas em São Paulo e Minas Gerais, além de soja e milho em outros estados e países, tornando-se um grande latifundiário. Em 2005, a Cutrale comprou parte da capacidade de produção de suco de laranja no Brasil da gigante dos agronegócios Cargill, com sede nos Estados Unidos, aumentando a sua concentração na indústria e aumentando seu poder político, bem como sua capacidade de baixar salários e aumentar sua participação nos lucros (WELCH, FERNANDES, 2008; MST, 2011; TURIONI, 2012).

Até 2011, quando dois outros grandes produtores combinaram suas operações, tornou-se o maior exportador mundial de suco de laranja, exportando quase 90% de sua produção para os Estados Unidos, onde possui mais 6.000 ha de pés-de-laranjas na Flórida. Como empresa de capital fechado, as finanças da empresa não estão disponíveis para inspeção, mas todas as evidências sugerem que recebeu investimento estrangeiro, incluindo uma relação próxima com a Coca-Cola, proprietária da marca de suco Minute Maid. A

Cutrale é, pois, um claro exemplo de corporações transnacionais regionais envolvidas na apropriação de terras nas Américas, identificadas por Borrás (2011). A estratégia básica do seu sucesso é a integração horizontal, em que o controle da terra é fundamental.

O tamanho e influência da Cutrale era uma das preocupações do MST e que o levaram a organizar a ocupação da Fazenda Santo Henrique de Cutrale perto de Iaras, São Paulo, em 2009. O movimento tinha entrado com processos judiciais alegando que a plantação de 2.600 hectares fazia parte de uma área muito maior, de propriedade do governo federal que fora privatizada ilegalmente (AE, 2009). A legalidade do título da Cutrale para a área esteve em juízo desde 2006 e aquela ocupação do MST, bem como as de 2008, 2001 e 2013, foram destinadas a forçar uma decisão (TOMAZELA 2013). O Movimento esperava que, no Brasil, como em outros países, a opinião pública ficasse de seu lado ao perceber que ali havia poder concentrado e ajudasse o Movimento a influenciar os tribunais favoravelmente à expropriação daquelas terras para reforma agrária. Ocorre que a mídia fez oposição ao ato e trabalhou para causar um efeito contrário na opinião pública. Os meios de comunicação usaram a ocupação para demonstrar a ilegalidade do MST e exortar as audiências do Congresso a intimidar o Movimento. Com o agronegócio representado na imprensa como o principal setor exportador do Brasil, responsável pela nova estabilidade econômica do país, ocupantes camponeses sem dinheiro e seus porta-vozes radicais foram retratados como bandos de bandidos, unidos para roubar terras de uma das mais produtivas e renomadas empresas do mundo.

Vídeos de membros do movimento foram repetidamente exibidos nos jornais. Neles, estes membros arrancavam com tratores parte do bosque para estabelecer sua ocupação. Estas imagens foram usadas para questionar sua identidade como fazendeiros, de forma a camuflar suas credenciais “verdes.” Os espectadores foram instigados a perguntar “que tipo de agricultor seria capaz de fazer tamanha maldade com os frutos que a Mãe-Terra nos dá, num país em que as pessoas passam fome”? Para explicar sua ação, o MST espelhou-se nas práticas oficiais e estabeleceu um tribunal popular para julgar a Cutrale. Seus próprios “promotores” produziram um longo e bem documentado dossiê para revelar os supostos crimes da corporação, incluindo a posse ilegal do arvoredo ocupado e os processos judiciais contra a empresa por violar as leis trabalhistas e ambientais (MST, 2011). O MST já

mantinha um assentamento de reforma agrária na região, que serviu de base de operações operacionais de terras para facilitar o processo de expropriação.

Ocupações também tinham sido usadas como forma de resistência na década de 1960. A falta de agro-indústrias que se recusaram a pagar os seus trabalhadores de campo e moinho enfrentou a ocupação por membros da força de trabalho que organizaram prolongados períodos de ocupações para receber salários e estimular processos de expropriação. Em São Paulo, a ULTAB procurou organizar os sindicatos e, nesse processo, eram frequentes as greves sobre os salários e as condições de trabalho. Se a empresa era estrangeira, os casos tenderam a atrair mais atenção (WELCH, 2010). No entanto, ao comparar os dois momentos históricos e os discursos do “monopólio da terra” e da “grilhagem/estrangeirização de terras,” é útil ir além das alegações dos militantes. Conforme sugerido pelo debate sobre a apropriação de terras, o atual registro estatístico não é inteiramente confiável ou coerente. Os números da época de Silva são ainda menos concretos e confiáveis, pois a base legal e os mecanismos técnicos para manter tais registros datam dos anos 70.

Na condição de país em desenvolvimento, o Brasil tem sido influenciado por instituições financeiras internacionais para ajustar suas políticas para atrair investimentos de capital estrangeiro. Embora as condições políticas tenham, por vezes, criado pressão para controlar esses investimentos, a natureza exata desse controle tem sido muito debatida. Nos anos 60, as tentativas de limitar em 10% o percentual de lucro que as empresas estrangeiras poderiam expatriar é tido como um dos motivos da feroz oposição da elites aos próprios EUA ao governo Goulart. O ET de 1964 era ainda mais específico quanto ao tipo e extensão de informações que precisavam ser registradas para cada propriedade rural. Foi somente com a lei de 1971 que a origem nacional dos proprietários individuais ou corporativos começou a ser monitorada. Foi a Lei nº 5.709, de 1971, que procurou, pela primeira vez, regulamentar aquisições de terras estrangeiras, estabelecendo a necessidade de se registrarem a nacionalidade do comprador (OLIVEIRA, 2010). Em 1972, foi estabelecido o sistema de registro acima mencionado, o SNCR.

Em 1988, o artigo 172 da nova constituição afirmou que a lei federal deveria regular os investimentos internacionais e a obtenção de lucros, mas não disse como. No que diz respeito à terra, o artigo 190 especifica que “A lei regulará e limitará a aquisição ou o arrendamento de propriedade rural por pessoa física ou jurídica estrangeira e estabelecerá os

casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional.” Com a exceção de regras específicas que exige que os capitalistas estrangeiros obtenham autorização federal antes de comprar terras no limite de 150 km de fronteiras nacionais, a principal característica dos novos regulamentos tem se centrado em como determinar se o comprador ou proprietário é brasileiro ou estrangeiro. Inicialmente, as normas tratavam indivíduos brasileiros e empresas que utilizavam capital estrangeiro como estrangeiro se a origem do capital fosse uma pessoa ou empresa sediada fora do país. Quando se descobriu que o estrangeiro residia no Brasil ou a sede da empresa estrangeira estava no país, e que a maior parte de seu capital estava localizada no Brasil, a pessoa ou empresa seria considerada brasileira. A Constituição de 1988 incorporou essas distinções nos direitos de propriedade entre indivíduos e empresas brasileiros e estrangeiros até 1995, quando uma emenda revogou os artigos relevantes (HACKBART, 2008). Esse foi o período de apogeu da influência das reformas neoliberais impostas ao Brasil.

Em 2008, Hackbart, do INCRA, dizia que, desde então, uma “situação admite a ocupação desenfreada de terras por estrangeiros em nível nacional, em especial no âmbito da Amazonia Legal por empresas brasileiras com capital estrangeiro” (HACKBART, 2008, p. 2). O autor baseou sua conclusão em provas da SNCR que demonstraram que 55% dos imóveis rurais listados em nome de indivíduos ou empresas estrangeiras estavam localizados na região amazônica. Até a presente redação, a lei ainda regula a necessidade de indicar a nacionalidade do comprador e restringe os indivíduos e firmas estrangeiros de possuir terras em zonas fronteiriças e de comprar áreas enormes sem autorização específica do congresso federal. Sem essa autorização, os limites de tamanho se aplicam a compradores estrangeiros, incluindo limites interessantes para o mesmo estrangeiro que possui mais de 25 por cento da área de um único município ou pessoas da mesma nacionalidade residente no mesmo município que possuem coletivamente mais de 10 por cento do Mesmo município (HACKBART, 2008, p.8, INCRA, 2013). Mas esses limites são geralmente ignorados e as corporações de madeira e papel transnacionais têm permissão para possuir terras nas zonas fronteiriças. Em resposta ao debate sobre a apropriação de terras, no entanto, os poderes executivo e legislativo revisaram essas leis e os regulamentos.

Em 2008, o INCRA introduziu o Módulo de Exploração Indefinida (MEI) para controlar a venda de terras em regiões delimitadas pela agência por razões de heterogeneidade ecológica ou econômica - uma definição aplicada, por exemplo, à bacia

amazônica. Todas as transações envolvendo mais de 3 MEIs exigiram a autorização da agência e os estrangeiros já não seriam autorizados a possuir mais de 50 MEIs nestes microrregiões (HACKBART 2008). Em 2010, o procurador-geral federal interpretou a lei existente como restrição da área de estrangeiros poderia manter a 50 "módulos fiscais", limitando efetivamente as áreas para 5.000 hectares. As empresas imobiliárias disseram que tal interpretação "colocou freios no mercado de terras" em 2011 (HENNEMANN, 2011), mas os dados de 2012 coletados pela organização não governamental GRAIN demonstram o contrário (ver Quadro 2). A imprensa fez seu papel, procurando enfatizar as queixas por parte de corretores de imóveis e representantes da indústria que não queriam responder a ninguém. Isto é corroborado pelo artigo de Herrera, publicado nesta edição de *Campo - Território*, que documenta a continuidade das vendas em grande escala a estrangeiros na Amazônia utilizando estatísticas de 2014.

Quadro 2. Participação relativa de estrangeiros registrada pelo SNCR até junho de 2008, organizada por registros de compras de terras e suas áreas, em porcentagens por década – 1900 a 2008.

BRASIL - Participação relativa de registros e áreas por décadas				
Décadas	%Registros	% Acumulado dos registros	% Áreas	% Acumulado de área
1900	0.012	0.012	0.0004	0.0004
1910	0.047	0.058	0.064	0.065
1920	0.143	0.202	0.170	0.235
1930	0.415	0.617	0.309	0.544
1940	1.207	1.824	0.971	1.514
1950	4.015	5.839	2.551	4.065
1960	8.773	14.612	6.194	10.259
1970	17.421	32.033	15.040	25.298
1980	29.888	61.921	27.940	53.238
1990	18.201	80.122	25.925	79.163
2000	18.783	98.904	20.152	99.315
Sem registro de data	1.096	100.000	0.685	100.000
TOTAIS	100.000		100.000	

Fonte: SNCR/INCRA Apuração Especial 2008.

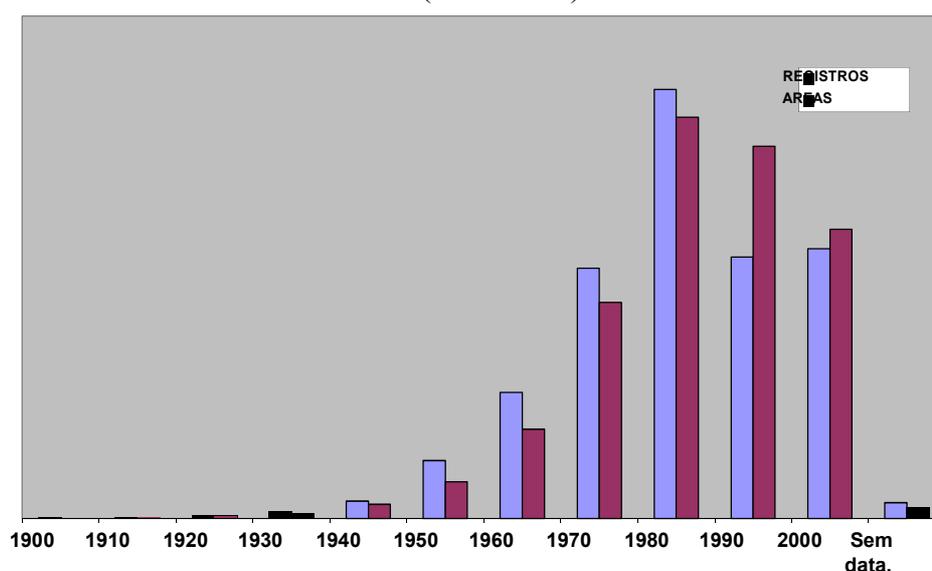
Fonte: Em Pretto, 2008, p. 21.

Mesmo com parâmetros legais e práticas confusas de elaboração de relatórios, o INCRA produziu dados que sugerem as tendências predominantes na compra de terras pelos estrangeiros nas escalas municipal, estadual e nacional. José Miguel Pretto, um economista, foi contratado para analisar os registros confidenciais da SNCR em 2008, a fim de determinar

a extensão da propriedade estrangeira do território brasileiro. Seu relatório preliminar compilou cuidadosamente os dados nas escalas nacional e estadual no período de junho de 2008 (PRETTO, 2008). Metodicamente, Pretto analisou não apenas a lei, mas a metodologia adotada pela SNCR. O sistema divide as propriedades rurais em três categorias de tamanho - pequenas, médias e grandes. Devido ao grande tamanho e diversidade de zonas ecológicas do Brasil, esses tamanhos não são determinados pelo sistema métrico, mas por “módulos fiscais.” Esses módulos são unidades de medida projetadas por lei, em 1980, para estabelecer a área mínima necessária para uma propriedade rural ser economicamente viável no apoio de uma família média baseada nas condições socioeconômicas e ecológicas do município em que a operação está localizada (INCRA, 2012).

Cada módulo é traduzido em hectares, facilitando a categorização de pequenas, médias e grandes estabelecimentos para cada local. Uma propriedade de pequeno porte pode ter de um a quatro módulos; uma propriedade média é calculada como sendo de quatro a quinze módulos e uma grande propriedade rural tem mais de 15 módulos. A decisão de 2010, que limitou a compra externa a 5.000 ha, baseia-se naquilo que poderia ser chamado de “categoria muito grande” porque se baseia no maior cálculo local da área abrangida por 50 módulos fiscais.

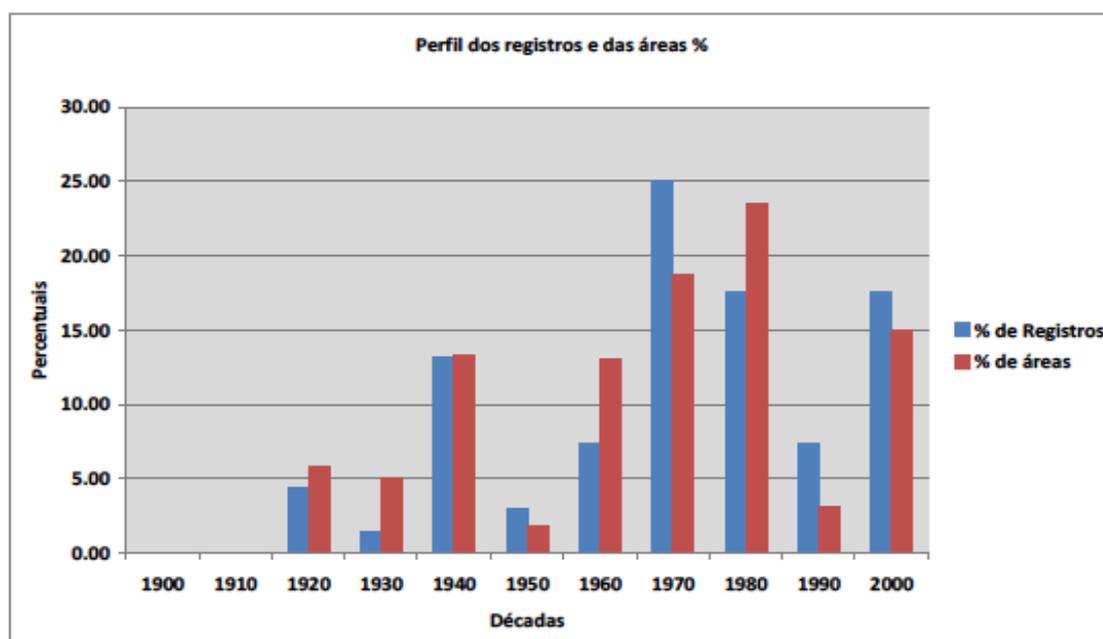
Figura 1. Perfil de vendas de terras (lilás) e suas áreas (rocha) em nomes de indivíduos ou firmas estrangeiros, cadastrado pelo SNCR até junho de 2008, organizado por década (1900-2000).



Fonte: Pretto, 2008, p. 22.

Os dados são interessantes, mas para nossos propósitos, os achados históricos são mais intrigantes. O gráfico de barras da Figura 1 demonstra que a maioria dos estrangeiros (89%) registrou seus títulos da década de 1970 até o presente. Sabemos, a partir da história jurídica acima, que o governo só enfatizou a necessidade de identificar a nacionalidade dos compradores de 1971 até a década de 1990, de modo que a representação que os dados criam nas décadas anteriores a 1970 deve ser questionada. O segundo gráfico do estudo de Pretto, nosso Figura 2, contrasta de forma interessante com o Figura 1 ao representar um declínio dramático no registro na década de 1990, quando outras evidências sugerem crescimento nos investimentos estrangeiros devido à desregulamentação da agricultura no contexto da pressão internacional para liberalizar o setor primário (CEBRAC, 1994). De fato, quando comparamos com a base de dados da Tabela 2, podemos ver que erros foram feitos no estudo, uma vez que as barras não correspondem às porcentagens calculadas para os anos 90. Além disso, na Figura 1, o total de registros e áreas de terras estrangeiras diminuiu ligeiramente, confirmando a necessidade de se recalcular os dados utilizados para construir o gráfico.

Figura 2. Perfil do total média e grande propriedades de estrangeiros no Brasil, representado por quantidade (azul) e área (vermelha), cadastrado pelo SNCR até junho de 2008, organizado por década (1900-2000).



Fonte: Pretto, 2008, p. 23.

Particularmente importante é o crescimento contínuo da aquisição de terras brasileiras por parte dos estrangeiros, o que é demonstrado na Figura 1. Como mostra a Tabela 2, houve um grande salto nos registros desde a década de 1940 até a década de 1950 e uma duplicação dos registros das décadas de 1950 para 1960. Embora os registros estrangeiros como porcentagem da compra total de terras tenham sido muito pequenos, 1% na década de 1940, 4% na década de 1950 e 8% na década de 1960, a tendência ascendente certamente agravaria a situação. A declaração do Congresso Camponês de 1961 descrevia a concentração da propriedade da terra como um sinal do “predomínio da propriedade do latifundiária,” calculando que apenas 3,4% dos proprietários controlavam 62% das terras agrícolas (ULTAB em COSTA, 1993, p.64). Esse “monopólio da terra, vinculado ao capital colonizador estrangeiro, notadamente o norte-americano, que nele se apóia, para dominar a vida política brasileira e melhor explorar a riqueza do Brasil,” como declarou o congresso de 1961 (COSTA, 1993, p.64). Se for esse o caso, o censo agropecuário brasileiro de 2006 mostra como a tendência se agravou ao longo do tempo, revelando que 69% das terras agrícolas concentravam-se em 1,3% de todas as propriedades (TEIXEIRA, 2011).

A concentração de terras em um menor número de mãos é, naturalmente, o pano de fundo que alimenta a preocupação com a estrangeirização da propriedade. Considere-se que 3,4% dos proprietários citados em 1961 equivalem a 1,3% hoje (cerca de 70.000 pessoas ou empresas), enquanto a quantidade de terras detidas por este grupo aumentou não só em termos percentuais, mas ainda mais em termos de área, que mais que duplicou, passando de 105,5 para 228,5 milhões de hectares. Em termos do coeficiente de Gini, o índice passou de 0,836 em 1967 para 0,872 em 2006 (MUELLER, MUELLER, 2006; FARID, 2009).

De volta aos gráficos de Pretto (Figuras 1 e 2), é interessante observar que o maior número de compras externas ocorreu nos anos 80, acrescentando mais evidências ao ceticismo levantado pelo geógrafo Oliveira (2010) sobre a atual controvérsia. Na década de 1980, no meio de uma transição do governo militar para o civil, não soaram tais sinos de alarme, embora o medo do imperialismo dos EUA fosse tão difundido entre os grupos de esquerda quanto nos anos sessenta. A informação do tamanho da área é paralela à história dos registros, com uma taxa ainda maior de crescimento até a década de 1980, quando a maior quantidade de terra vendida a estrangeiros foi registrada. Mesmo com uma base de cálculo incompleta para a primeira década do século XXI, era improvável que dois anos e

meio de vendas fizessem com que o número de compras ou o tamanho das áreas ultrapassasse aquele da década de 1980, especialmente considerando o clamor público e os relatórios de uma desaceleração questionável nas compras.

As estatísticas, por si só, não dão suporte a nenhum dos argumentos dos congressos camponeses de 1961 ou de 2012, nem o monopólio imperialista da terra, nem os fenômenos agravadores da ocupação de terras. Outro paralelo? Não exatamente. No caso do período da Guerra Fria, o PCB foi em grande parte responsável por levantar a questão. Observe-se a especificidade da representação de Silva (1961), das alegações contra o papel do capital estrangeiro na consolidação do monopólio da terra na América Latina pelos delegados da conferência em Cuba, em maio:

Todos, também, em suas conclusões, apontavam como principais fatores dessa situação a existência do regime do latifúndio e a ação das companhias estrangeiras que operam nos diversos países latino-americanos, entre as quais a Anderson Clayton, a Sanbra e os grandes frigoríficos Armour, Anglo e Swift, que além de figurarem no setor industrial, são proprietários de grandes extensos de terras.

Entre as empresas agrícolas transnacionais mencionadas, três eram dos Estados Unidos - Anderson-Clayton, Armour e Swift. A Anglo era inglesa e a Sanbra, holandesa. Todas elas aliadas dos EUA na Guerra Fria.

A Anderson Clayton e a Sanbra especializaram-se na produção de algodão e têxteis, mas também produziam óleo a partir de sementes de algodão. A Anderson Clayton também produziu, processou nozes e feijão, além de amendoim e soja. A Anglo, Armour e Swift controlavam grandes áreas para pastoreio e alimentação de gado. Todas elas produziam carne para os mercados domésticos da América do Sul e exportavam-na para os EUA e para a Europa. Cada empresa procurou aumentar seu controle sobre os fatores de produção, buscando alianças com políticos e com o Estado, para beneficiar seus negócios e enfraquecer o trabalho. Estas empresas influenciavam nas decisões governamentais, por exemplo, do estado de São Paulo. Isso pode ser verificado observando-se que havia agricultores de assentamentos da “Revisão Agrária,” estabelecidos em Marília na década de 1960, produzindo amendoim para a Anderson Clayton (TOLENTINO 2011). Eventualmente, a competição eliminou todos eles, mas na época, eles eram gigantes em seus mercados e certamente alvos dignos de crítica, apesar de suas limitadas, mas incontestáveis, funções socioeconômicas.

Os ataques comunistas contra o capital imperialista tiveram alguma influência durante a Guerra Fria, fazendo emergir um sentimento nacionalista que forçava os

sucessivos governos a nacionalizar algumas empresas e forjar políticas destinadas a controlar os investimentos no desenvolvimento e restringir a exportação de lucros. Antes de se tornar presidente em 1961, o vice-presidente Goulart fora enviado à China para tentar abrir o comércio com aquele país. Essa viagem se transformou em arma para os críticos e uma maneira de gerar oposição a Goulart entre os diplomatas dos EUA. Como presidente, o relacionamento de Goulart com os EUA não foi fácil. Ao invés de ajudar Goulart, os Estados Unidos o trataram como um “companheiro de viagem” da União Soviética e diminuíram sua autoridade distribuindo apoio financeiro diretamente aos governadores de estados críticos de sua administração, como o governador de São Paulo, Adhemar de Barros.

Depois de Goulart, sucessivos ditadores buscaram fortalecer a aliança do Brasil com os Estados Unidos, cultivando um clima positivo, de investimento estrangeiro no Brasil, gerando condições favoráveis para abrandar a militância camponesa e trabalhista. O regime militar usou ironicamente um discurso nacionalista para “internacionalizar” a economia, argumentando que o investimento estrangeiro aumentaria a independência brasileira. Governos civis desde 1985, pressionados pela lógica neoliberal para privatizar uma série de empresas estatais, receberam injeções de dinheiro estrangeiro. No entanto, a novidade da pós-Guerra Fria, o período de globalização do capital, foi muito mais amplo devido em grande parte à origem diversa desses investidores. A Guerra Fria dificultou as possibilidades do Brasil realizar negócios com o mundo socialista. Entrementes, com o colapso da ordem mundial bipolar, o Brasil não só expandiu o comércio com a China, mas também formou uma aliança econômica com a Rússia, a Índia e a China – todos anteriormente fora do limite – com a coalizão BRICS de grandes países “emergentes,” que também incluía a África do Sul.

Quadro 3. A recente estrangeirização da terra no Brasil, 2008-2016.
Organizada por país da sede da firma compradora, área e atividade agrícola.

País da sede	Hectares (mil)	Produção
Argentina	166	Gado, soja, cana-de-açúcar
Canadá	97	Soja, cana-de-açúcar
China	213	Soja, cana-de-açúcar
França	430	Arroz, laranjas, cana-de-açúcar
Índia	133	Cana-de-açúcar
Japão	307	Soja, milho, algodão, trigo
Nova Zelândia	0,85	Laticínios
Países Baixos	12	Algodão, soja, milho
Portugal	29,5	Soja
Reino Unido	140	Soja, milho, algodão, gado
EUA	1132	Soja, cana-de-açúcar, café, dende
Totais		
11	2660,36	

Fonte: GRAIN, 2016.

Organização: C A Welch

Em relação à “grilagem/estrangeirização de terras,” o Quadro 3 demonstra as diversas origens dos recentes investidores estrangeiros. A lista contrasta com a lista muito mais limitada sugerida pela breve discussão de Silva sobre empresas agrícolas estrangeiras. No entanto, fiel ao seu papel de potência hegemônica nas Américas, as empresas americanas adquiriram a maior área no Brasil nos últimos anos. As empresas sediadas na vizinha Argentina estão em um distante quinto lugar, confirmando um tema comum da estrangeirização de terras transregional por empresas transnacionais sediadas na região (BORRAS et al, 2012, p.859). Nos lugares terceiro e quarto, no entanto, a presença da Japão e China reflete mudanças nas relações na ordem mundial da Era da Globalização. Quando comparado com as mesmas estatísticas geradas pelo ONG Grain para seu relatório de 2012, anotamos um decréscimo no número de países envolvidos (de 12 para 11) e na quantidade de terra envolvida nas vendas e compras (de 3.071 mil ha para 2.660 mil ha) (GRAIN 2012).

No estado de São Paulo, muitos outros agronegócios estrangeiros têm operações ativas, assim como muitos outros investidores estrangeiros o têm. Em geral, funcionários e capitalistas de São Paulo deram as boas vindas aos investidores estrangeiros como parceiros e concorrentes que ajudam a estimular o empreendimento (RAMA, 2005; CHADDAD, JANK, 2006; INVEST, 2009-13). A suposta energia verde produzida pela cana-de-açúcar levou muitos americanos proeminentes, de Bill Clinton a Bill Gates, a “abraçar a causa verde,” qual seja, investir em plantações de cana-de-açúcar e usinas de etanol construídas em todo o estado desde que os preços do petróleo começaram a aumentar dramaticamente

em 2004 (BORRAS et al, 2016). Além da propriedade de destilarias, muitos investidores de propriedade média e grande foram identificados no estado no estudo realizado por Pretto (2008). O cartografo Cubas utilizou seu estudo para representar no Mapa 1 a extensão territorial dos principais interesses agrícolas da ocupação estrangeira no estado.

Conclusão

Não há dúvida que a regulação da estrangeirização de terras é uma das principais objetivos que une as organizações dos trabalhadores rurais como CONTAG (2011), organizações camponesas como o MST, movimentos de identidade étnica como os indígenas e comunidades quilombolas. Todos continuam a ver a reforma agrária – isto é, políticas radicais que prometem a transformar a estrutura fundiária – como essenciais para seu futuro como cidadãos produtivos e assim para fazere valer a democracia brasileira. Sua crença na reforma agrária radical, como resposta à estrangeirização, reflete o pensamento típico entre os movimentos camponeses da América Latina inteira (CLOC, 2016).

Se no passado, o imperialismo foi definido como a fonte do problema, os militantes de hoje falam de uma renovada dependência e da necessidade de finalmente “descolonizar” o Brasil para afastar o que são vistos como incursões neocoloniais sobre o patrimônio nacional (REIS, 2011; MIGNOLO, 2003). Para os grupos de camponeses, vale à pena lutar por políticas governamentais que restrinjam a propriedade estrangeira e promovam a reforma agrária, pois podem servir de base para a resistência e expressões de soberania que devem ser usadas para fortalecer economias políticas alternativas baseadas na cultura popular, na família, trabalho e na distribuição equitativa da riqueza. Para o agronegócio, no entanto, essas políticas são geralmente vistas como impedimentos às forças de mercado que prejudicam a produtividade e a imagem do Brasil, fazendo com que os capitalistas investam em outros países, prejudicando assim a competitividade e a capacidade do Brasil de atender às necessidades básicas dos mais pobres (PEREIRA, BETO, 2011; VE, 2012).

Em nosso estudo sobre o período pós-Segunda Guerra Mundial, verificamos que o Estado apoiou regularmente uma perspectiva burguesa que se alinhava significativamente com aquela dos líderes do agronegócio. Eles desenvolveram várias soluções para apaziguar a pressão popular e internacional para implementar a reforma agrária e garantir o

investimento estrangeiro sem parecer entregar a riqueza natural do país a estrangeiros. De um ponto de vista funcional, no entanto, a política de reforma agrária não tem sido implementada para mudar o sistema de posse da terra, mas para diminuir a mobilização, reduzir a pobreza rural, garantir a agroindústria oferta de trabalhadores em locais distantes dos centros urbanos e atrair o desenvolvimento para áreas remotas ou deprimidas, onde investimentos estrangeiros diretos em terrenos, infraestrutura e indústrias poderiam ser muito bem-vindos independentemente de sua nacionalidade, forma ou tamanho.

A pesquisa mostra a importância do debate em torno das grandes aquisições de terras estrangeiras ao longo das décadas no Brasil. De fato, os registros sugerem que uma quantidade maior do território nacional foi vendida a estrangeiros na década de 1980 do que nas décadas iniciais do século XXI. Ainda que os eventos de 1961 e 2012 nos tenham servido com princípio de organização das análises realizadas sobre os acontecimentos ocorridos nos anos 80, a década foi, obviamente, importante, como demonstrado por nossa discussão relacionando ao MST (fundado em 1984) e os artigos de reforma agrária e de terras, integrados à Constituição de 1988. Na década de 1960, as intervenções “imperialistas” na economia nacional que ajudaram a fortalecer o “monopólio da terra” gerado pelo desenvolvimento histórico do latifúndio. A Guerra Fria nos encorajou a pensar que o “eles” da época eram os Estados Unidos e seus aliados, enquanto “nós” éramos, às vezes, brasileiros e outras vezes, meros camponeses e camponesas explorados pelo sistema global do capital.

Como parte da ofensiva neoliberal global, os usurpadores de terras foram apresentados como agentes bons, para quem o Brasil deveria entregar suas riquezas. Os opositores chamavam de “estrangeirização” o processo, um nome que revelava ambiguidades complexas, tais como a relutância em se abraçar inteiramente um nacionalismo do tipo “nós contra eles,” no contexto da participação em movimentos de resistência transnacionais como a Via Campesina. No mesmo tempo, destacava as ameaças que “Outros” poderiam representar na compra do território nacional. Durante o período da Guerra Fria, o “monopólio da terra,” apoiado pelos imperialistas, foi criticado pelo PCB por impedir que os brasileiros produzissem suprimentos adequados para as massas. Na era da Globalização, a estrangeirização ameaçava a soberania alimentar através da aquisição de terras que poderiam ser usadas para assentamentos de reforma agrária para produzir alimentos.

Os governos foram envolvidos em quase todas as dinâmicas analisadas no estudo. Os Estados moldaram as leis de reforma agrária, desde a sua composição até à sua implementação. Os governos regulamentaram e registraram compras de terras, enxergando essas medidas como mecanismos de controle e, em geral, incentivando a venda do território nacional a empresas e indivíduos estrangeiros. A reforma fundiária serviu de vitrine, ou seja, a reforma agrária trouxe o desenvolvimento subsidiado pelo governo para o campo. Os assentamentos de reforma agrária serviram para satisfazer as demandas da agricultura capitalista (doméstica e estrangeira) para disponibilizar terras a plantio temporário de cana-de-açúcar temporárias e para satisfazer suas necessidades para um excedente de “braços” para realizar a colheita, pois em diversas situações os assentados calcularam que sua colaboração com o agronegócio fosse sua melhor opção para sobreviver, dado a falta de assistência recebida do Estado.

A evidência de que compradores de 11 países, da vizinha Argentina à distante Índia, adquiriram recentemente enormes parcelas de terras brasileiras parece apoiar uma das premissas do “império” que Michael Hardt e Antonio Negri (2000) apresentam como “novo paradigma” para a hegemonia global do capitalismo. Muito influenciado pela forma de construção do império norte-americano, o modelo do agronegócio iniciado na década de 1950 atraiu empresários de muitos países para expandir a colonização que a agricultura capitalista representa. Os autores dizem que,

A soberania declinante dos Estados-nação, e sua crescente incapacidade de regular as permutas econômicas e culturais, é certamente um dos sintomas primários da chegada do Império. [...] Em contraste com o imperialismo, o Império não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de *descentralização* e *desterritorialização* do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão. [...] *Os Estados Unidos não são, e nenhum outro Estado-nação poderia ser, o centro de um novo projeto imperialista.* O imperialismo acabou (ênfase no original, HARDT, NEGRI, 2001, p. 12-14).

Essas duas últimas linhas, consideradas fundamentais para seus argumentos, garantiram aos autores críticas ácidas da esquerda latino-americana. Em 2002, o cientista social argentino Atilio A. Boron publicou um livro no qual demonstrou o caráter imperialista atual dos Estados Unidos e o papel fundamental de seu governo e de suas forças armadas na obtenção de território e garantia de segurança para corporações transnacionais norte-americanas.

Hardt e Negri não negam o poder dos EUA, mas afirmam que sua influência é essencialmente difundida através de TNCs. Poucos anos antes de o livro aparecer, no entanto, o renomado economista liberal John Kenneth Galbraith (que, como conselheiro econômico de quatro presidentes, não era estranho ao poder), também desafiou a premissa de apátrida do argumento de Hardt e Negri. Para Galbraith, a “globalização” era um conceito inventado por intelectuais norte-americanos para esconder ao mundo a “política econômica de entrada nos outros países. E para tornar respeitáveis os movimentos especulativos de capital, que sempre são causa de graves problemas” (CARRETO, 1997). Durante as crises do capitalismo no início do século XXI, o cartão de pontuação para corporações transnacionais – o índice Standard and Poor's – documentou um fato notável. Enquanto o desemprego subiu vertiginosamente nos Estados Unidos, as TNCs norte-americanas aumentaram significativamente seus lucros. De onde veio o dinheiro, perguntou o economista Harold Meyerson? Do exterior – lugares como o Brasil, de onde as principais empresas dos EUA aumentaram seus investimentos de 32% para 48% de sua carteira entre 2000 e 2010 (MEYERSON, 2012). Nos EUA, tanto os movimentos Occupy na esquerda como o Tea Party na direita, criticaram o resgate de Wall Street pelas administrações do republicano Bush Jr. e do democrata Obama, aumentando o peso do papel do Estado-nação na chegada do Império.

Em 1847, Marx e Engels se manifestaram sobre essas tendências ao descreverem o sucesso da burguesia no estabelecimento de sua soberania política sobre o “Estado representativo moderno” forçando “todas as nações, sob ameaça de extinção, a adotar o modo de produção burguês” (2003, p. 28-30). Na verdade, a ausência de retórica anti-imperialista no Encontro Unitário de 2012 é uma das diferenças marcantes entre o passado e o presente. O adversário dos trabalhadores tem infundido todos os cantos da Terra, tal como previram Marx e Engels, mas há pouca razão, como analisa Boron (2002), para duvidar da continuidade do papel central dos Estados Unidos na concepção e facilitação destes processos para preservar a sua hegemonia, particularmente na Américas Latina.

Em vez de colonização ou neocolonização, a apropriação de terras de hoje parece não representar um fenômeno novo, mas outro capítulo de um processo em curso de acumulação capitalista e concentração de poder pela burguesia em escala internacional. Com as transnacionais brasileiras, como a JBS, comprando grandes empresas norte-americanas –

Swift, por exemplo – o paradigma do imperialismo predominante do século XVI ao XX não explica completamente a realidade.

A análise histórica utilizada neste trabalho demonstrou paralelos significativos entre o momento de decadência da era imperialista e esta nova rodada do cerco (BORRAS et al 2012; ALDEN WILY, 2012). Significativas foram as aquisições de terras estrangeiras em larga escala no Brasil dos anos 50 e 60, mas os clientes limitaram-se àquelas aprovadas pela ordem mundial bipolar que os EUA necessitavam para reforçar seu poder. Hoje, a arquitetura financeira internacional construída durante a Guerra Fria parece ter criado uma rede de interesses e métodos comuns que diversificou ações internacionais da burguesia e aumentou seu poder de ditar ordens de ação aos Estados-nação, inclusive dos Estados Unidos sobre a América Latina.

Tradução Venceslau Alves de Souza.

Agradecimentos. O autor agradece à Land Deal Politics Initiative por uma bolsa que facilitou a pesquisa neste artigo, bem como um convite para participar da estimulante segunda conferência sobre Global Land Grabbing (Grilagem Global de Terras), realizada na Universidade Cornell em 2012. O estudo também foi auxiliado pela concessão de número 478600 /2010-0, generosamente oferecida pelo CNPq. Finalmente, o artigo se beneficiou dos comentários de Wendy Wolford, Sara Keene, Venceslau Alves de Souza e dos revisores anônimos da *Revista Campo-Territorio*.

Referencias

AE - Agência Estado. 2009. Área usada por Cutrale é da União desde 1909, diz Inca. *Estadão.com.br/Política* (9 out.) Disponível em < <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,area-usada-por-cutrale-e-da-uniao-desde-1909-diz-incra,448423,0.htm> > acesso em 25 jul., 2013.

ABRAF – Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas. 2013. *Anuário estatístico ABRAF 2013: Ano base 2012*. Brasília, DF.

ALDEN WILY, Liz. 2012. Looking back to see forward: the legal niceties of land theft in land rushes. *Journal of Peasant Studies*, v.39, n.3-4, p.751-775. Disponível em < <http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2012.674033> > acesso em 17 jun., 2002.

ARRUDA, Roldão. 2012. Inca anuncia primeira desapropriação desde 2011. *O Estado de S. Paulo* (on-line), 22 Aug.. Disponível em <

http://www.estadao.com.br/noticia_imp.php?req=nacional,incra-anuncia-primeira-desapropriacao-desde-2011,920069,0.htm > acesso em 22 set., 2012.

BARBOSA, Gabriela da Rocha. 2007. Os consórcios de produtores no complexo agroindustrial citrícola paulista: das gatoperativas aos gatosórcios – a velha forma de contratação de mão de obra rural. Dissertação de mestrado. DEP, UFSCAR.

BORRAS Jr., Saturnino M. et al. 2011 Towards a better understanding of global land grabbing: an editorial introduction. *Journal of Peasant Studies*, v.38, n.2 (abril) p. 209-16

BORRAS Jr., S. M.; Franco, J. C.; Gómez, S.; Kay, C. & Spoor, M. 2012. Land grabbing in Latin America and the Caribbean. *Journal of Peasant Studies*, v.39, n.3-4, p. 845-872.

BORRAS, Jr., Saturnino M.; FRANCO, Jennifer C.; ISAKSON, S. Ryan; LEVIDOW, Les; VERVEST, Pietje. 2016. The rise of flex crops and commodities: implications for research. *Journal of Peasant Studies*, v.43, n.1, p. 93-115,

BF-Brasil de Fato. 2012a. Um encontro histórico de camponeses. *Brasil de Fato* (São Paulo), no. 494, 15 Aug. Disponível em < www.brasildefato.com.br/node/10325 > acesso em 14 set., 2012.

BF-Brasil de Fato. 2012b “Há um ano sem resposta: desde 2011, movimentos apresentaram tópico para implusionar mudança no campo, mas não obtiveram retorno do Executivo,” *Brasil de Fato* (São Paulo) no. 495, 20 Aug. Disponível em < www.brasildefato.com.br/node/10380 > acesso em 14 set., 2012.

BURBACH, Roger; FLYNN, Patricia. 1980. *Agribusiness in the Americas*. New York: Monthly Review Press.

CALLADO, Antônio. 2003. *Entre o Deus e a vasilha: ensaio sobre a reforma agrária brasileira, a qual nunca foi feita*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

CARRETO, Enio. 1997. Para Galbraith, crise asiática serviu para NY realizar lucros. *A Folha de S. Paulo*, (2 nov.), p. 2 & 13. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/11/02/dinheiro/23.html> > acesso em 23 set., 2012..

CARVALHO PINTO, Carlos Alberto A. de. 1960. Mensagem no. 52 do Sr Governador do Estado de 30 de mar., 1960. *Revisão agrária*. São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.

CASTAÑEDA, Jorge. 1993. *Unarmed Utopia: The Latin American Left After the Cold War*. New York: Vintage Books.

CASTILHO, Alceu. 2016. Golpe de 2016 se afirma também como um golpe ruralista. *Blog do Alceu Castilho* (São Paulo). Disponível em <http://outraspalavras.net/alceucastilho/2016/05/30/golpe-de-2016-se-afirma-tambem-como-um-golpe-ruralista/> Acesso em 12 jan 2017.

CEBRAC-Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural. Comissão Técnica do IPEA. Produção de estudos e seus efeitos na política agrícola: Texto para discussão. Versão Preliminar, 2.1. Brasília DF, 1994. Disponível em <
http://www.cebrac.org.br/v2/projetos_download/DFSET94.DOC.pdf> acesso em 17 jul., 2006.

CEHELKY, Marta. 1979. *Land Reform in Brasil: The Management of Social Change*. Boulder, CO: Westview Press.

CHADDAD, Fábio R.; JANK, Marcos S. 2006. The Evolution of Agricultural Policies and Agribusiness Development in Brazil. *Choices*, v.21, n.2 . p. 84-90.

CONTAG-Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura. 2011. “Estrangeirização das terras brasileiras.” Disponível em <
<http://www.liberdadeexpressao.inf.br/CONTAG/estrangeirizacao.pdf>> acesso em 12 dez. 2011.

CLOC-Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo. 2016. Campanhas e Pronunciamentos. Disponível em <http://www.cloc-viacampesina.net/> Acesso 31 out, 2016.

COSTA, Luis Flávio Carvalho, org.. 1993. *O Congresso Nacional Camponês: Trabalhador rural no processo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Sociedade do Livro, Editora Universidade Rural.

CUBAS, Tiago Egidio Avanço. 2011. São Paulo Agrário: a representação da disputa territorial entre camponeses e ruralistas de 1988 a 2009. *Relatório de Qualificação de Curso de Mestrado em Geografia*. Orientador: Clifford Andrew Welch. Programa de Pós-graduação, UNESP – Campus de Presidente Prudente, SP, Brasil.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. 2004. *O camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da CONTAG*. São Paulo: Instituto Astrojildo Pereira.

DREIFUSS, René Armand. 1981. *1964: A conquista do estado, ação política, poder e golpe de class*, 3ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 281-360.

ENCONTRO UNITÁRIO dos Trabalhadores, Trabalhadoras e Povos do Campos, das Águas e das Florestas. 2012. Declaração: Por terra, território e dignidade! Disponível em <https://encontrounitario.wordpress.com/2012/08/22/declaracao-do-encontro-nacional-unitario-dos-trabalhadores-e-trabalhadoras-e-povos-do-campo-das-aguas-e-das-florestas/> acesso 20 out 2016.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. 2012. Green grabbing: a new appropriation of nature? *Journal of Peasant Studies* 39:2 (Apr 2012) 237-261.

FARMLAND Working Group. 2011. Principles for Responsible Investment in Farmland. London. Disponível em <

http://www.unpri.org/commodities/Farmland%20Principles_Sept2011_final.pdf > acesso em 24 set., 2012

FELICIANO, Carlos Alberto; GIRARDI, Eduardo Paulon, orgs. 2013. *Relatório DATALUTA – Brasil - 2011*. Presidente Prudente, SP: NERA-Núcleo de Estudos, Projetos e Pesquisas de Reforma Agrária.

FERNANDES, Bernardo Mançano. 2009. Reforma Agrária no governo Cardoso e no governo Lula: desafios da geografia agrária. *Tradição versus Tecnologia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 171-188

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienai Constantino. 2010. Agrofuel politics in Brazil: paradigms and territorial disputes. *Journal of Peasant Studies*, 37:4 (October) p. 793-819.

_____. 2012. *Land Governance in Brazil: A geo-historical review of land governance in Brazil*. Rome: The International Land Coalition.

FERREIRA, Pedro Rafael. 2012. Crise econômico piorou correlação de força no meio rural, avaliam movimentos sociais. *Brasil de Fato* (São Paulo), 22 Aug. Disponível em < www.brasilefato.com.br/node/10388 > acesso em 14 set., 2012.

GONÇALVES, José Sidnei. 2009. Transformações da agricultura e aumento da complexidade setorial: necessidade de aprimoramento dos indicadores econômicos. *São Paulo em Perspectiva* (São Paulo, Fundação Seade) v. 23, n. 2, jul./dez, p. 78-92. Disponível em < http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v23n02/v23n02_07.pdf > acesso em 19 set., 2012.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. 1997. *Estado e agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980*. São Paulo: Editora Hucitec.

GRAIN. 2010. Land grabbing in Latin America. Disponível em < <http://www.stwr.org/latin-america-caribbean/land-grabbing-in-latin-america.html> > acesso em 13 dez., 2011

_____. 2012. GRAIN releases data set with over 400 global land grabs. 23 February 2012. Disponível em < <http://www.grain.org/fr/article/entries/4479-grain-releases-data-set-with-over-400-global-land-grabs> > acesso em 17 set. 2012.

_____. 2016. *Against the Grain. The Global Farmland Grab in 2016 : How Big, How Bad ?* Disponível em <https://www.grain.org/article/entries/5492-the-global-farmland-grab-in-2016-how-big-how-bad> Acesso em 17 jan., 2017.

HACKBART, Rolf. 2008. Aquisição de imóveis rurais por estrangeiros. Testemunho preparado pelo presidente do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrária, para apresentação antes da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado

Federal do Brasil. Brasília, DF, 05 de março, Disponível em < http://www.senado.gov.br/comissoes/cma/ap/AP_20080305_INCRA_InvestimentosEstrangeiros.pdf > acesso 16 set., 2012.

HAGE, Fábio Augusto Santana; PEIXOTO, Marcus; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. 2012. Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma avaliação jurídica e econômica. Textos para Discussão no. 114, NEPS - Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado. Brasília, DF: Senado Federal do Brasil. Disponível em < http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/TD114-FabioHage-MarcusPeixoto-JoseEustaquio.pdf > acesso em 13 de set., 2012.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. 2001. *Império*. 2a ed, Rio de Janeiro: Record.

HENNEMANN, Gustavo. 2011 Restrição a estrangeiro trava US\$37 bi. *Folha de S. Paulo*, 26 Nov. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/11178-restricao-a-estrangeiro-trava-us-37-bi.shtml> > acesso em 25 jul, 2013.

IEA-Instituto de Economia Agrícola. 1983-2011. Área e produção dos principais produtos da agropecuária do Estado de São Paulo. Database do CPDIEA - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Informações Estatísticas dos Agronegócios. Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Disponível em < http://ciagri.iea.sp.gov.br/nia1/subjetiva.aspx?cod_sis=1&idioma=1 > acesso em 15 set., 2012

INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2012. “Perguntas frequentes.” Dúvidas. Found at < <http://www.incra.gov.br/index.php/2011-05-02-12-33-35> > on 15 de set., 2012.

INVEST in Brazil. 2009-13. About us. Disponível em < <http://investinbrazil.biz/about-us> > Acesso em 18 jan., 2017.

ITESP-Instituto de Terras do Estado de São Paulo. 1998. *Retrato da terra: perfil sócio-econômico dos assentamentos do estado de São Paulo 96/97*. (Cadernos ITESP, v.1), São Paulo: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania.

KAY, Cristobal. 1998. Latin America's agrarian reform: lights and shadows. *Land Reform, Land Settlement and Cooperatives* (FAO Land Tenure Service) 2, p. 8-31.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. 2003 [1848]. *Manifesto comunista*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann.

MCMICHAEL, Philip. The land grab and corporate food regime restructuring. *Journal of Peasant Studies* v.39, n.3-4, p.681-701, jul-oct, 2012.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. 2003. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. (São Paulo: Editora Perseu Abramo.

MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. 2013. Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio. Tese de doutorado em Geografia. USP.

MEYERSON, Harold. 2012. "Globalization of Markets: Do American Corporations Need American Consumers?" Cambridge, MA, WGBH Forum Network / Cambridge Forum. Disponível em < <http://www.epi.org/blog/video-cambridge-forum-panel-discussing-globalization/> > acesso em 24 set., 2012.

MIGNOLO, Walter D. 2003. *Histórias locais / Projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

MOLINA, Rodrigo Sarruge. 2016. Ditadura, agricultura e educação: a USP/ESALQ e a "modernização conservadora" do campo brasileiro (1964-1985). Doutorado em Educação. Campinas: UNICAMP.

MUELLER, Charles; MUELLER, Bernardo. 2006. "The Evolution of Agriculture and Land Reform in Brazil, 1960-2006. Paper prepared for the Conference of Werner Baer, University of Illinois, Dec. 1-2.

MST-Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2011. Dossiê Cutrale - 2011. Tribunal Popular do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, São Paulo. Disponível em < www.mst.org.br/sites/default/files/Dossie_Cutrale.pdf > acesso em 21 set., 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo de Umbelino. 2010. "A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês." *Agrária* (São Paulo, on-line) n. 12, p. 3-113. Disponível em < <http://www.revistas.usp.br/agra/article/view/702/711> > acesso em 17 set., 2012

PEREIRA, Homero; FARO, Beto. 2011. "Relatório da Subcomissão destinado a analisar e propor medidas sobre o processo de aquisição de áreas rurais e suas utilizações, no Brasil, por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras - SUBESTRA." Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, Câmara dos Deputados. Brasília. DF. Disponível em < <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/capadr/subcomissoes/subestra-relatorio> > acesso em 10 set., 2012.

PEREIRA, João Márcio Mendes. 2010. O Banco Mundial e a construção político-intelectual do 'combate à pobreza'. *Topoi* (Rio de Janeiro). 11:21, p. 260-82.

PETRAS, James F.; LAPORTE, Jr., Robert. 1971. *Cultivating Revolution: The United States and Agrarian Reform in Latin America*. New York, NY: Vintage Books.

PRETTO, José Miguel. 2008. *Imóveis rurais sob propriedade de estrangeiros no Brasil*. Produto 2: Teto contendo o levantamento e sistematização preliminar de dados cadastrais do Sistema Nacional de Cadastro Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Brasília: NEAD. Disponível em

<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Im%C3%B3veis%20rurais%20sob%20propriedade%20de%20estrangeiros%20no%20Brasil.pdf> Acesso 31 out, 2016.

RAMA, Ruth (ed.) 2005. *Multinational agribusinesses*. Binghamton, NY: Food Products Press.

REDE SOCIAL de Justiça e Direitos Humanos 2015. *A empresa Radar S/A e a especulação com terras no Brasil*. São Paulo: Editora Outras Expressões.

REIS, Ana Terra. 2011. “Cultura e identidade: instrumentos para a construção da hegemonia.” Term paper. Culture, Identity and Territory in Latin America, Master’s Program in Latin American Territorial Development, UNESP/Via Campesina/UNESCO.

ROMERO, Simon. 2015. Fundo de pensão americano comprou terras irregularmente no Brasil, diz jornal. *Folha de S. Paulo*. 15 de jan. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/11/1707431-gigante-americana-comprou-terras-irregularmente-no-brasil-diz-jornal.shtml>. Acesso em 15 de jan., 2017.

SANTOS, Ana Maria dos. 1998. Desenvolvimento, trabalho e reforma agrária no Brasil, 1950-1964. *Revista Tempo*. (Nitéroi, RJ) 7, p. 29-42.

SCOLESE, Eduardo. 2008. Por dia, estrangeiro compra ‘6 Mônacos’ de terra no país. *A Folha de S. Paulo* (São Paulo), 7 July. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0707200813.htm> > acesso 12 set., 2012.

SILVA, Lyndolfo. 1961. Camponeses da América Latina: ação comum contra a exploração. *Novos Rumos* (Rio de Janeiro), n. 118, 9-15 de jun., 1961.

TEIXEIRA, Gerson. 2011. A gravamento do quadro de concentração da terra no Brasil? *Boletim DATALUTA* Julho. (Presidente Prudente, SP). Disponível em < http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/7artigodomes_2011.pdf > acesso em 25 jul., 2013.

TIAA-CREF. 2012. TIAA-CREF announces \$2 billion Global Agricultural Company. New York, NY. 14 May. Disponível em < https://www.tiaa-cref.org/public/about/press/about_us/releases/articles/pressrelease422.html > acesso em 24 set., 2012.

THIESENHUSEN, William C. 1995 *Broken Promises: Agrarian Reform and the Latin American Campesino*. Boulder: Westview Press.

TOLENTINO, Célia Aparecida Ferreira. 2011. *O farmer contra o jeca: o projeto de revisão agrária do governo Carvalho Pinto*. Marília: Oficina Universitária.

TOMAZELA, José Maria. 2013. Justiça bloqueia fazenda de laranja disputada pelo MST. O Estado de S. Paulo. 15, jul. Disponível em

<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,justica-bloqueia-fazenda-de-laranja-disputada-pelo-mst,1053732> Acesso em 31 out 2016.

TRADING ECONOMICS. 2011. Foreign direct investment; Net inflows (% of GDP) in Brazil. New York (On-line). Disponível em < www.tradingeconomics.com/brazil/foreign-direct-investment-net-inflows-percent-of-gdp-wb-data.html > acesso em 20 set., 2012.

TURIONI, Felipe. 2012. Produtora de suco de laranja, Cutrale anuncia investimento em soja e milho. *Globo 1*. 19 Aug. Disponível em < <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2012/08/produtora-de-suco-de-laranja-cutrale-anuncia-investimento-em-soja-e-milho-araraquara.html> > acesso em 25 July 2013.

UNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar. 2012. Associadas da UNICA no Estado de São Paulo. Disponível em < <http://www.unica.com.br/associadas/default.asp?mgrCode=&mmbAddressState=SP> > acesso em 15 set., 2012.

WELCH, Cliff. 1995. “Labor Internationalism: The Origins of United States Involvement in Brazilian Unions, 1945-1965,” *Latin American Research Review*, v.30, n.2, p.61-89.

_____. 2006. “Globalization and the Transformation of Work in Rural Brazil,” *International Labor and Working Class History*, v.70, n.1, p. 35-60 (Winter)

_____. 2011. Lula and the meaning of agrarian reform. *NACLA: Report on the Americas* (New York) v.44, n.2, p.27-30, (mar/abr).

WELCH, Clifford Andrew. 2004. Rivalidade e unificação: mobilizando os trabalhadores rurais em São Paulo na véspera do golpe de 1964. *Projeto História* (São Paulo) v. 29, t. 2, p. 363-390. Julho/dezembro.

_____. 2005. Agribusiness: Uma breve história do modelo norteamericano. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Pp. 16467-16505.

_____. 2009. Os com-terra e sem-terra de São Paulo: retratos de uma relação em transição (1945-1996). In: Fernandes, Bernardo Mançano; Medeiros, Leonilde Sérvolo de & Paulilo, Maria Ignes, orgs, *Lutas camponesas contemporâneas. Condições, dilemas e conquistas*. p. 139-170, São Paulo: Editora da UNESP.

_____. 2010. *A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento camponês, 1924-1964*. São Paulo: Expressão Popular.

_____. 2010-2012. A história contemporânea da luta pela terra no Estado de São Paulo. Edital Universal, MCT/CNPq No. 14/2010. Processo 47600/2010-0.

WELCH, Clifford Andrew; FERNANDES, Bernardo Mançano. 2008. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio de laranja nos EUA e Brasil. In E. T. Paulino & J. E.

Fabrine (eds) *Campesinato e territórios em disputa* São Paulo: Expressão Popular, p. 161-191.

WHITE, Ben; BORRAS Jr., Saturnino M.; HALL, Ruth; SCOONES, Ian; WOLFORD, Wendy. 2012. The new enclosures: critical perspectives on corporate land deals, *Journal of Peasant Studies*, 39:3-4, 619-647. Disponível em t <
<http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2012.691879> > Acesso em 18 jun., 2012.

Recebido em 07/06/2015. Aceito para publicação em 21/02/2016.
--